

ATA Nº. 4

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO
ENTRONCAMENTO, REALIZADA EM
20-12-2013

Aos vinte dias do mês de dezembro do ano dois mil e treze, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal, sob a Presidência do **Senhor João António de Matos Lérias**, Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pela Senhora **Célia de Jesus Nunes Leal Agostinho** e pela Senhora **Lúcia Dias Abelha**, primeira e segunda Secretárias respetivamente. -----

Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram ainda presentes os seguintes membros. -----

Em representação do **Partido Socialista**, os Senhores: -----

Mário André Balsa Gonçalves, Maria Fernanda Pires Fialho Marques Alves, Sara Paula Caetano Domingos, António Manuel dos Santos Rodrigues e Manuel António Simões Martins. -----

Em representação do **Partido Social Democrata**, os Senhores: -----

José Miguel Filipe Baptista, Kelly Patrícia Rodrigues Carvalho da Silva, João Sebastião Coutinho Lima Canaverde e Fernanda Maria Figueiredo Rodrigues Rolo. ----

Em representação do **Bloco de Esquerda**, os Senhores: -----

Luís Filipe Dias Grácio, Marco Filipe Sá Geração e Carla Sofia Roma de Oliveira. -----

Em representação da **Coligação Democrática Unitária**, os Senhores: -----

António Silvino da Costa Ferreira, Telma Cristina Antunes Jorge e Marisa Sofia Cordeiro Parreira.-----

Em representação do Centro Democrático Social, o senhor: -----

Mário Olímpio Clemente Ferreira. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista** o Senhor: -----

Rui Cardoso Maurício. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima** o Senhor: -----

Ezequiel Soares Estrada. -----

Estiveram presentes pela **Câmara Municipal**, o Senhor Presidente Jorge Manuel Alves de Faria e os Vereadores Carlos Manuel Pires Rei Amaro, Tília dos Santos Nunes, Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha, José David da Silva Ribeiro e Carlos Manuel Godinho Matias. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e cinco minutos, tendo dado posse aos elementos convocados para substituir os deputados que solicitaram ausência por período inferior a trinta dias. -----

Deu posse a Fernando José Guia Barbosa, que substitui Rui Vitor Pires Bragança, do Partido Social Democrata. -----

Deu posse a Fernanda Maria de Matos Lopes, que substitui José Francisco Matos Rodrigues Leote, do Partido Socialista. -----

Verificada a conformidade formal do processo eleitoral com a identidade dos eleitos e após a leitura das respetivas atas avulsas de instalação e do respetivo juramento

por parte dos eleitos, o senhor Presidente da Assembleia declarou-os investidos nas funções. -----

Seguidamente procedeu-se à votação das atas. -----

VOTAÇÃO DA ATA NÚMERO VINTE E CINCO -----

A ata número vinte e cinco, realizada em trinta de setembro de dois mil e treze (mandato anterior), foi aprovada por maioria com sete votos a favor, sendo três votos do Partido Social Democrata, dois votos do Bloco de Esquerda, um voto do Partido Socialista e um voto da Coligação Democrática Unitária e dezasseis abstenções, sendo oito do Partido Socialista, duas do Partido Social Democrata, duas da Coligação Democrática Unitária, uma do Bloco de Esquerda, uma do Centro Democrático Social e duas dos Presidentes das Juntas de Freguesia, por não estarem presentes na referida sessão. -----

VOTAÇÃO DA ATA NÚMERO UM -----

A ata número um, realizada em nove de outubro de dois mil e treze, foi aprovada por maioria, com vinte votos a favor, sendo oito votos do Partido Socialista, quatro votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e três abstenções, sendo uma do Partido Socialista, uma do Partido Social Democrata e uma da Coligação Democrática Unitária, por não se encontrarem presentes na referida sessão. -----

VOTAÇÃO DA ATA NÚMERO DOIS -----

A ata número dois, realizada em vinte e cinco de outubro de dois mil e treze, foi aprovada por maioria, com vinte e um votos a favor, sendo oito votos do Partido Socialista, quatro votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e duas abstenções, sendo uma do Partido Socialista, uma do Partido Social Democrata, por não se encontrarem presentes na referida sessão. -----

Entrou-se de imediato no Período de Antes da Ordem do Dia. -----

Pediu a palavra **Mário Balsa** que apresentou a seguinte moção: -----

MOCÇÃO -----

CONVERGÊNCIA DA CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES (CGA) E DA SEGURANÇA SOCIAL -----

“A bancada do Partido Socialista do Entroncamento com assento na Assembleia Municipal vem defender a necessidade de aprofundar a convergência entre os dois regimes de proteção social tornando o sistema mais equitativo tanto para beneficiários como para as entidades que efetuam os descontos. -----

O sistema de financiamento do Regime de Proteção Social Convergente, embora deva respeitar igualmente os princípios e regras básicas do sistema de segurança social nesta matéria, mantém as características anteriores, isto é, prevê o pagamento de contribuições apenas para três eventualidades – **invalidez, velhice e morte** -, a cargo da CGA, e atribui o encargo com as restantes – doenças, maternidade, paternidade e adoção – parentalidade, desemprego e acidentes de trabalho e doenças profissionais – **diretamente às entidades empregadoras.** -----

Para a entidade patronal parece-nos que existem diferenças significativas entre os 2 sistemas de proteção social, saindo o setor público prejudicado face ao privado. -----

Em termos de taxas de contribuição verifica-se (a partir de 2014) uma convergência entre o público e o privado, ou seja, ambos contribuem com 23,75%. -----

A desigualdade verifica-se quando no setor privado a sua contribuição fica-se pelos 23,75% e no setor público as entidades têm de suportar ainda os encargos inerentes à proteção social no âmbito dos cuidados de saúde através da ADSE. -----

Estes encargos estão divididos da seguinte forma: -----

- Retenções efetuadas nas transferências do OE (desde o ano de 2010) para o serviço nacional de saúde. Estas retenções são para fazer face às despesas que os beneficiários da ADSE fazem no setor público, nomeadamente, hospitais. -----

Para o município do Entroncamento importa um valor anual de 99.084 €. -----

- Encargos com RO'S que se traduzem em despesas dos beneficiários da ADSE no setor privado. Em 2013 o município suportou encargos desta natureza na ordem dos 42.000 €. Com estes 2 sistemas o município suportou em 2013 cerca de 141.084 €. -----

Se o município suporta-se apenas os 23,75% (como se passa no setor privado) no final do ano teria um custo na ordem dos 717.000 € (Remuneração base *23,75%). -----

Tendo em conta que o município ainda tem de suportar a ADSE este custo é elevado para 858.084 € (717.000 € + 141.084 €), o que na prática implica uma percentagem sobre a remuneração base na ordem dos 28,42%, ou seja, 4,67% acima dos valores suportados pelas entidades privadas.” -----

Continuando referiu: “ Esta moção surge com o intuito de esta assembleia discutí-la, que pretende como disse no início, aprofundar esta convergência. -----

Uma vez que estamos a falar da convergência entre a Caixa Geral de Aposentações e a Segurança Social, que está perfeitamente contemplada na lei mas que é mais penosa para o setor público, do que para o setor privado, através dos encargos que obriga a isso, já para não falar da parte dos beneficiários e esta moção está mais direcionada para a questão da entidade patronal. -----

Um funcionário público que desconta semelhante ao funcionário do privado, ainda tem que suportar mais um custo adicional com a ADSE para beneficiar de algumas proteções que os outros funcionários têm naturalmente apenas com os 11% de desconto. -----

Foi nesse sentido que trouxemos esta moção para que pudesse ser discutida e para que pudesse surgir aqui um texto o mais consensual possível e aonde todos se consigam rever.” -----

Prosseguiu **José Baptista**: “ Duas dúvidas ao senhor líder de bancada do Partido Socialista. -----

Lida a moção que aqui trazem, perguntar qual é o objetivo. -----

Em segundo, se isto é uma informação tipo relatório, porque isto é uma coisa que todos nós sabemos, basta ver a gestão diária da autarquia, há muitos anos que sabemos o que é que se passa e o que é pago. -----

Esta moção não é para ser votada porque nem sequer tem uma recomendação, é para ser discutida.” -----

Continuou **António Ferreira**: “ É óbvio que esta moção e a convergência da Caixa Geral de Aposentações e da Segurança Social neste caso, levaria como está aqui a uma redução dos encargos da câmara, isso é evidente. -----

Esta moção não trás as consequências para os trabalhadores e isso também é importante que se saiba quais são essas consequências. -----

Os trabalhadores da administração local têm tido graves penalizações em termos de redução da massa salarial e de outros direitos até ao momento. -----

Se ao longo dos anos, este sistema funcionou, era um sistema que pretendia dar algumas condições aos trabalhadores para os compensar da falta de rendimentos do trabalho e esta era uma compensação. -----

Infelizmente nós vamos votar contra esta convergência, porque isto é um pouco aquilo que se passa a nível do estado central e que foi chumbado pelo Tribunal Constitucional a uma redução de direitos adquiridos. -----

De facto isto deve ser pensado, há essas preocupações com as últimas alterações que aumentaram a carga sobre as câmaras, não podemos e não estamos de acordo, apelarmos à convergência dos dois sistemas, terá que ser feito de outra forma.” -----

Intervio **Luís Grácio**: “ Esta moção apresentada pelo PS quando a recebemos deixou-nos alguma estranheza e algum desconforto. -----

A primeira questão é que não tem aparentemente nenhum objetivo ou decisão. ----

O assunto é muito problemático e complexo, até porque a convergência não vem de agora, a convergência vem do governo do Partido Socialista que já começou a fazer a convergência que a forma de cálculo das pensões da Caixa Geral de Aposentações é feita por duas partes, até 2005 tem uma forma de cálculo e a partir de 2005 tem outra forma de cálculo. -----

Já há uma preocupação na CGA de fazer aproximar progressivamente os dois sistemas de providência em Portugal. -----

Sinceramente ficámos um pouco confusos, daí a razão de termos apresentado uma moção muito curta - que ainda não foi distribuída em papel, eu próprio não tenho, tenho em suporte informático – um documento muito mais simples, sintético, que repudia os eventuais encargos suplementares que trás para as autarquias, mas salvaguardando as questões já aqui colocadas relativamente aos trabalhadores e denunciando que esta possível convergência que se pretende fazer, não tem nada de convergência, pelo contrário. -----

A intenção fundamental é reduzir os encargos com os reformados, reduzir as condições de vida dos reformados e isso, nós temos que ter muito cuidado sobre os documentos que vamos aprovar. -----

Uma outra questão relacionada com o problema da ADSE, a ADSE é um sistema semiprivado dos funcionários públicos, mas os funcionários públicos também descontam para esse sistema e há outras empresas, a TAP tem, eu trabalho na PT e desconto para a PT-ACS, aonde tenho mais gastos que benefícios e espero que continue assim, até final da minha vida, e portanto, significa que não é uma situação excepcional a ADSE, há mais sistemas complementares de saúde que são equacionados. -----

Espero que entretanto haja condições de distribuir a moção que nós apresentamos, eu até a posso ler, ela é bastante curta. -----

MOÇÃO -----

“ Tem ocorrido ultimamente uma progressiva convergência entre os diversos sistemas de proteção social.-----

No entanto, a forma como tal convergência social se vem processando: -----

- Sobrecarrega o setor público, nomeadamente as autarquias, fixando de forma iníqua os descontos para o regime convergente de proteção social; -----
- Retira progressivamente direitos dos beneficiários; -----

A Assembleia Municipal do Entroncamento, reunida a vinte de dezembro de dois mil e treze. -----

Denuncia a iniquidade dos pesados encargos das autarquias para o regime convergente de proteção social. -----

Repudia o daí decorrente subfinanciamento das autarquias, - defende que na convergência dos regimes de proteção social sejam adotadas as condições do regime mais favoráveis, não podendo o processo implicar mais encargos para os beneficiários, nem retrocesso nos seus direitos.” -----

Na nossa opinião, esta formulação muito mais condensada, mais cautelosa do que a forma como é apresentada a moção do PS.” -----

Referiu o senhor **Presidente da Assembleia**: “ Pelas palavras do senhor deputado, presumo que haveria aqui algum interesse em formular uma moção conjunta.”

Respondeu **Luís Grácio**: “ Estamos abertos a isso, acho que até é benéfico que haja uma discussão muito mais aprofundada e mais fundamentada destes assuntos.” -----

Pediu a palavra **Mário Balsa**: “ O objetivo da apresentação desta moção é mostrar a forma penosa que esta convergência da forma como está a ser feita, se traduz para as autarquias. -----

Não deixo de concordar com o que foi dito pelas bancadas do BE e CDU, porque naturalmente trazem contributos válidos para esta discussão e nesse sentido, obviamente referi no início da intervenção, estamos abertos à discussão e a consensualizar um texto, estamos abertos a que esse texto de repúdio por este encargo encapotado que as autarquias têm, que desça à comissão permanente para acharmos um texto conciliador.”

Interveio **José Baptista**: “ Notei que reconheceu que não tivéssemos apresentado contributos, efetivamente não o fizemos, o que fiz foi uma pergunta regimental para saber qual é que era o objetivo da moção. -----

Tendo noção que os serviços públicos pagam esta taxa adicional que é referida e que as autarquias têm que pagar, faz sentido que o assunto seja analisado, não se percebe o intuito da moção. -----

Parece-nos que esta proposta de ser votada a moção que foi apresentada pelo Bloco de Esquerda é positiva e se assim entenderem baixar à comissão permanente.” ----

Referiu **António Ferreira**: “ Estamos dispostos a fazer essa junção das moções, desde que salvaguardem o seguinte: Se acentue os encargos progressivos que são feitos nos últimos anos sobre as autarquias, que tem levado a uma carga enorme e a salvaguarda dos interesses dos trabalhadores.” -----

O senhor **Presidente da Assembleia** referiu: “ Iria colocar à votação estas duas moções, com o propósito de que as mesmas baixem à comissão permanente, no sentido de se encontrar um texto único tendo em vista o espírito das moções.” -----

VOTAÇÃO DA MOÇÃO -----

A moção apresentada pelo **Partido Socialista**, foi aprovada por maioria, com dezassete votos a favor, sendo nove votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia, e seis abstenções, sendo cinco do Partido Social Democrata e uma do Centro Democrático Social. -----

VOTAÇÃO DA MOÇÃO -----

A moção apresentada pelo **Bloco de Esquerda**, foi aprovada por maioria, com doze votos a favor, sendo cinco votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária e um voto do Centro Democrático Social, e onze abstenções, sendo nove do Partido Socialista e duas dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

Seguidamente **António Rodrigues** apresentou a seguinte moção: -----
MOÇÃO -----

Anteprojeto de Decreto-Lei para a regulamentação da Lei da Organização do Sistema Judiciário. -----

“A bancada do Partido Socialista do Entroncamento com assento na Assembleia Municipal vem defender a necessidade de ter estruturas judiciais e judiciárias de proximidade no Médio Tejo, bem como da manutenção das competências cíveis e criminais no Tribunal do Entroncamento. -----

Além do tribunal do Entroncamento perder competências já referidas, é motivo de grande preocupação o facto de deixarem de existir competências especializadas civis e criminais na zona norte do Distrito, agora comarca de Santarém. -----
Baseia-se este anteprojeto de Lei em premissas diferentes da realidade, nomeadamente adequada oferta de transportes e a uma resposta judicial mais flexível e mais próxima das populações. Tal não acontece. Ao fazer coincidir as novas Comarcas com os Distritos Administrativos, esquece-se o legislador da realidade do nosso Distrito. -----
Além da referida razão geográfica, acresce também que ao acolher na Comarca de Santarém na secção central, a competência central de Rio Maior e Benavente, sendo que o serviço destas Comarcas é reconhecidamente elevado, a assunção de todo esse serviço implicará uma disponibilidade de tempo incomparavelmente maior aos juizes de Circulo, e não garantirá por certo o bom funcionamento dos serviços. -----
Existem na nova comarca de Santarém, a criar, e na sua área meios bastantes (instalações e serviços complementares) já em funcionamento, para que se possa dividir em duas áreas distintas e em dois polos. -----
Assim esta bancada do Partido Socialista sugere que, “O anteprojeto mantenha a especialização e complete o acertado desdobramento da Comarca de Santarém, devendo a Instância Central também contemplar as necessidades do Ribatejo Norte, devendo aí ficar sediadas, uma secção de competência especializada cível e criminal”. -----
Esta secção a criar cível e criminal deverá ter competência territorial sobre a área dos Municípios de Abrantes, Alcanena, Chamusca, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Golegã, Mação, Ourém, Sardoal, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha.” -----

Intervio **José Baptista**: “ Este tema já foi discutido nesta casa pela anterior câmara, que teve reuniões com a senhora Ministra da Justiça e com o seu chefe de gabinete, que analisado o problema do Entroncamento, percebeu-se que o Entroncamento foi o único concelho do Médio Tejo e dos concelhos do distrito de Santarém, que na reorganização ganhava serviço e não perdia, que não aconteceu nem com o tribunal de Tomar, nem com o tribunal de Abrantes. -----

Ponto prévio, qualquer retirada de valência do tribunal do Entroncamento, não é benéfica para esta população, mas não foi isso que aconteceu, o que aconteceu foi retirar-se serviços aos tribunais de Tomar e Abrantes. -----

Esta bancada não tem nada contra esta moção, é uma moção genérica sobre a reorganização dos serviços no distrito, sendo que nós sabemos, que nem a justiça, nem nenhum serviço hoje em dia se rege por serviços dos distritos, rege pelas regiões, NUT'S e outras coisas, são as novas unidades administrativas territoriais. -----

Esta moção a ser aprovada, só vem dar força à luta de Tomar e Abrantes, não dá um voto a ganhar ao Entroncamento, porque nós ganhamos com esta reorganização dos tribunais. -----

Aquele projeto que é aqui falado, que vem no seguimento da lei que já foi publicada em dois mil e treze e que se propõe sessenta dias a regulamentar, não retira valências ao Entroncamento. -----

Não vendo nenhum problema de antemão nesta moção, porque ela não o tem, e portanto será por nós aprovada nesse sentido, pensar que ela só vem beneficiar concelhos como Tomar e Abrantes.” -----

Prosseguiu **António Ferreira**: “ Na moção do PS o primeiro parágrafo nós concordamos plenamente com ele. -----

Não tenho muita noção na área dos tribunais, conheço mais a realidade na área da saúde. -----

Sei que a concentração dos serviços em Abrantes levou uma degradação completa de alguns serviços e presumo que na área dos tribunais isso venha a acontecer também, a retirada dos serviços, a concentração dos serviços de outros locais, o bairrismo, aquilo que nos está a impelir aqui para ganharmos serviços, vai-se virar contra nós. -----

É evidente que gostava, para além de fazer apelo a mais serviço ou reforçar o serviço no Entroncamento, gostava que isso fosse extensível aos problemas que se estão a viver noutros concelhos, porque nós fazemos parte de uma região e esses serviços devem ser de acesso o mais fácil possível às populações.” -----

Continuou **Luís Grácio**: “ Este assunto é um assunto que não se circunscreve à questão da justiça, o que nós temos vindo a assistir é o encerramento de órgãos do estado nos mais diversos locais, finanças, centros de saúde, tribunais, etc. -----

De facto, esta política de esvaziamento do território dos órgãos de soberania, são muito importantes ter a justiça perto, sabemos que quando a justiça não está perto, as pessoas são levadas a fazer justiça pelas próprias mãos, é preciso ter isso em consideração. -----

Relativamente à visão mais abrangente, o que isto leva, é uma deslocação das pessoas para os locais aonde têm acesso aos órgãos necessários para a sua vivência em comunidade, o que leva na prática ao despovoamento de regiões alargadas, nomeadamente do interior. -----

Daí nós votarmos favoravelmente esta moção, porque entendemos que é preciso estancar esta sangria, que tem levado de facto a graves problemas para as populações.” –

Referiu **Manuel Martins**: “ Congratulo-me de todos basicamente estarem de acordo com esta moção do PS. -----

Fiquei um pouco surpreendido com a intervenção do senhor deputado José Baptista, não percebo quando diz que o Tribunal do Entroncamento ganha serviço nesta remodelação. -----

Caso o senhor deputado não saiba, sou Oficial de Justiça e trabalho no Tribunal do Entroncamento, não me venha dizer que o Tribunal do Entroncamento ganha serviço, porque aquilo que eventualmente poderá ganhar é volume de processos no caso de execuções e processos de pequena instância criminal. -----

Para o efeito que se pretende, ou seja, estamos a falar de processos de família de menores, processos de regulação do poder paternal, que é o grosso do movimento do nosso tribunal, processos de crime, existem muitos crimes no Entroncamento caso não saiba, ações ordinária e sumárias, toda a população que tiver um problema que se relacione com um processo desse género terá que se deslocar. -----

Não entendo porque é que Tomar e Abrantes ficarão a ganhar neste caso. -----

O que interessa aqui, é que o Tribunal do Entroncamento perde as valências de servir a população, que reflete o grosso do movimento do nosso tribunal, porque as execuções com que nós vamos ficar, são processos que não servem a população no sentido de proximidade, que é o que estamos a pôr aqui em causa. -----

Em determinado aspeto compreendo que o senhor deputado diga que o Tribunal do Entroncamento ganha serviço, porque uma pessoa na assembleia anterior, quis informar por várias vezes que 12,5% de 100 eram 25, com certeza que tem uma noção das contas um pouco diferente de nós.” -----

José Baptista referiu: “ Quanto à questão das contas tem toda a razão, só detetei o erro no final e pedi desculpa a quem estava. -----

O senhor deputado diz que o Tribunal do Entroncamento o que tem mais é crime, família e etc., é normal, se isto é um tribunal de comarca. -----

O senhor disse que nós ganhamos volume de processos, foi isso que eu disse, não disse que tipo de processos eram. -----

Nós vamos aprovar esta moção porque ele fala em reorganização de serviços e basta conhecer a proposta que está na internet disponível para toda a gente ver. -----

Acha mesmo que com esta moção vai resolver o problema de justiça no Entroncamento? No Médio Tejo? -----

Qual é que é a proposta que o PS aqui apresenta, para que os serviços de justiça no Médio Tejo, reorganizados com os serviços onde e quais, funcionam melhor.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou a moção à votação. -----

VOTAÇÃO DA MOÇÃO -----

A moção apresentada pelo **Partido Socialista**, foi aprovada por unanimidade com vinte e três votos, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos Coligação Democrática Unitária, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social, e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

Pediu a palavra o senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima**, que procedeu à leitura de um ofício enviado à Assembleia Municipal, acerca do encerramento da Caixa Geral de Depósitos, na freguesia de Nossa Senhora de Fátima: -----

“Constatamos com grande consternação que o balcão de atendimento bancário CGD foi deslocalizado para fora desta Freguesia Nossa Senhora de Fátima, encontrando-se num local com dificuldades de estacionamento. Dado que deixaram também de existir, nesta Freguesia, vários equipamentos de Multibanco a população local encontra-se substancialmente prejudicada. -----

Face a esta situação os moradores desta Freguesia têm vindo a manifestar o seu descontentamento devido aos transtornos causados, sobretudo pelo facto da inviabilidade de poderem beneficiar desses serviços. É de referir que apenas existe um Multibanco exterior que não se encontra numa zona central, nem é de fácil acesso para os utilizadores e outros dois, que apresentam as desvantagens já referidas e localizados dentro de duas superfícies comerciais (que quando encerram deixam de se poder utilizar) considerados manifestamente insuficientes. -----

Na nossa Freguesia habitam cerca de 15000 moradores, dos quais 10320 são eleitores devidamente recenseados. Existem quatro estabelecimentos de ensino Público (Jardim de Infância Sofia de Melo Breyner, Escola das Tílias, Escola EB nº 2 e Escola Secundária) com 1618 alunos, 136 docentes, e 67 Assistentes Técnicos/Operacionais. -----

Da população residente, muitos deles têm idades avançadas, e dificuldades em se deslocarem pelos seus próprios meios, acrescido do facto de que os transportes urbanos (TURE) nem sempre, resolvem esta situação. --

É de salientar que se localizam nesta Freguesia Serviços e Instituições de grande afluência populacional, tais como: Centro de Saúde, Lar Fernando Eiró, Lar da Stª Casa da Misericórdia e Lar dos Ferroviários, Hotel D. João, Universidade Sénior, Segurança Social, Junta de Freguesia Nossa Senhora de Fátima, Igreja de Nossa Senhora de Fátima, Escolas e Jardins de Infância, o Complexo Desportivo, Estabelecimentos Comerciais, Restaurantes, a Zona Industrial entre outros, o que em nosso entender justifica claramente a pertinência dos serviços de atendimento bancário na nossa freguesia. -----

Face ao exposto, esta Freguesia encontra-se disponível para colaborar e, conjuntamente, encontrar uma solução de forma a colmatar esta lacuna, nomeadamente, a reposição do balcão de atendimento da Caixa Geral de Depósitos, considerando a inexistência de qualquer outra Agência Bancária, fator de extrema importância para a população residente e dos Concelhos vizinhos. -----

Certos da colaboração de V.^{as} Ex.^{as}, encontramos-nos disponíveis para os procedimentos considerados necessários para a resolução da referida situação."-----

Continuando referiu: “ Quero acrescentar que a população da Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, sente-se espoliada e enganada, porque das quatro mil contas existentes neste balcão que foi deslocado da freguesia, muitas delas foram arrastadas e criaram contas, pelo facto da proximidade.” -----

Interveio **Mário Ferreira**: “ Tenho uma questão a colocar à Câmara Municipal e ao mesmo tempo, funcionar essa questão como um alerta. -----

Sempre que o CDS esteve nesta Assembleia Municipal, a questão do caráter ferroviário desta cidade foi uma nossa preocupação constante, basta recordar que foi há treze anos atrás que a designação “Cidade Ferroviária”, foi aprovada nesta assembleia por proposta da então deputada Paula Aparício em representação do CDS. -----

Para o ano de 2014 comemoram-se os 150 anos da junção da linha do norte com a linha do leste, sendo nós uma cidade jovem e um aglomerado urbano não muito antigo, parece-me que é importante saber e por isso questionava a câmara, sobre que atividades estão previstas para comemorar esses 150 anos, se já foram feitos contatos entre a câmara e outras instituições, nomeadamente a Fundação Museu Nacional Ferroviário, Escolas, outras Associações Locais, se se prevê a organização de algum congresso ou simpósio científico sobre património ferroviário, ou sobre a história do caminho-de-ferro. -----

Dois mil e doze passou, e a única coisa que vi foi uma pequena exposição feita pelos Amigos do Museu Nacional Ferroviário, na Galeria Municipal porque foi há 151 anos que pela primeira vez circularam comboios no Entroncamento, o nome Entroncamento é que surge há 150 anos com a junção das duas linhas férreas. -----

Como historiador e professor de história, não queria que a cidade aonde eu vivo, deixasse passar esta data sem qualquer tipo de comemoração.” -----

Proseguiu **Luís Grácio**: “ De facto a importância dos 150 anos do nome Entroncamento e da sua relação com o caminho-de-ferro é muito importante. -----

Fico sensibilizado com esta preocupação, ele é historiador como profissional e portanto, compreendo a profundidade da sua interpelação e as questões que colocou. -----

Todavia, a política que ultimamente tem sido seguida para a ferrovia tem sido na nossa opinião, uma política de desmantelamento da ferrovia e aí o CDS tem uma grande responsabilidade. -----

Ainda recentemente, um administrador nomeado pelo CDS, fazia observações acerca da entrega da linha de caminho-de-ferro de Cascais a privados, retomava uma coisa que já aconteceu há muitos anos atrás e que felizmente voltou para o setor público, senão já tinha desaparecido. -----

Curiosamente uma estratégia que parece que o caminho-de-ferro nunca dá lucros, mas ali vão dar de certeza e portanto há margem para dar dinheiro, há margem para dar benefício às populações, mas o que se pretende, é entrega-los ao privado. -----

Espero que esta preocupação com o caminho-de-ferro seja alargada à rejeição dessa política de destruição do caminho-de-ferro.” -----

Continuou **Kelly Silva**: “ Queria dizer que o Museu Nacional Ferroviário é e será no futuro próximo uma das maiores conquistas que a nossa cidade terá como património. -----

Em boa hora, a Fundação Museu Nacional Ferroviário foi instalada no Entroncamento e nele criado o maior espólio ferroviário do nosso País. -----

Há duas semanas a viagem inaugural do comboio presidencial, trouxe à nossa cidade muita gente ligada à ferrovia, mediatismo e expectativa. -----

O Presidente da Fundação, Jaime Ramos, decidiu que a viagem inaugural se realizasse de Lisboa para o Entroncamento, sede da entidade e aonde o mesmo ficará patente. -----

Mais uma vez, Jaime Ramos e a sua equipa funcionários e amigos do museu, mostraram como se faz e bem. -----

Dentro de alguns meses será a inauguração daquela que será a porta de entrada da nossa terra, o Museu Nacional Ferroviário. -----

A bancada do PSD, congratula-se com o trabalho da Fundação e deposita nesta, grande expectativa de desenvolvimento e vitalidade como polo atrativo para a cidade.”

Referiu **Telma Jorge**: “ Queríamos transmitir aqui a nossa preocupação relativamente à Escola Doutor Ruy D`Andrade, uma situação que nos preocupa a todos, nomeadamente, porque foram criadas algumas condições que seriam provisórias para uma remodelação que parece não terminar.” -----

Prosseguiu **António Ferreira**: “ Queria dar um ponto da situação da evolução do Plano Diretor Municipal. -----

Neste momento está concluído o estudo da caraterização do concelho, no âmbito do PDM. -----

Está em fase de processo o relatório da fundamentação das alterações ao PDM. ---

Preocupa-me uma questão, as propostas de alteração são poucas. -----

Por outro lado, este processo neste momento emperrou, ou seja, está parado à espera dos estudos da REN e da RAN. -----

Em termos deste processo, peço autorização ao senhor Presidente para que seja distribuído os CD`s com o estudo de caraterização do concelho, a última ata a distribuir por todas as bancadas aqui presentes, no sentido de verem em que ponto está a situação e que haja sugestões para esta alteração. -----

Em relação aos ferroviários, relembro que estes últimos resultados eleitorais foram consequência de anseios da população e um deles, prende-se com a perda de direitos dos ferroviários. -----

É preocupante aquilo que se está a passar no Entroncamento, está previsto para 2014 uma redução de 50 trabalhadores, na EMEF, na CP e na REFER, nós devemos estar atentos a estas questões. -----

Nós fomos recebidos na Assembleia da República há uns tempos atrás, no anterior mandato, aquilo que nos foi dito por alguns deputados, inclusivamente do PSD, que iam fazer todo o esforço no sentido de repor os direitos dos trabalhadores ferroviários, assim não acontece, o Orçamento de Estado para 2014, continua com a retirada e o roubo dos direitos dos trabalhadores. -----

Há também no Orçamento de Estado para o ano que vem, uma redução da massa salarial dos trabalhadores, que varia dos 2,5% aos 12,5%, é evidente que isto tem consequências drásticas no nível de rendimento de parte da nossa população. -----

Para além disto, os reformados continuam com a retirada dos seus direitos.” -----

Interveio **João Canaverde**: “ Temos vindo a ser confrontados com reclamações de alguns municípios relativamente à falta de limpeza de algumas artérias desta cidade. –

Sabemos que o pessoal da câmara afeto a este trabalho é escasso, embora seja bastante zeloso. -----

Os contratos de emprego em inserção, tem prometido reforçar esses serviços com envio de trabalhadores quando solicitados. -----

Entretanto, com a chegada do outono há um acréscimo de serviço, pelo que se recomenda ao responsável pelo pelouro, o acompanhamento destas situações para que a limpeza continue a ser uma imagem de marca do nosso Entroncamento. -----

Também os ecopontos repletos e por vezes a transbordar para a via pública, são alvo de reclamações pelo que se deve insistir com a RESITEJO, para que a sua limpeza e despejo seja efetuada mais assiduamente.” -----

Pediu a palavra **Fernando Barbosa:**” Tomámos conhecimento de que finalmente as obras da passagem superior sob as linhas de caminho-de-ferro da nossa estação tiveram início, congratulamo-nos com esta situação, situação essa que foi devido ao empenho dos últimos órgãos autárquicos, cumpre-se uma necessidade e um compromisso da REFER.” -----

Proseguiu **Fernanda Rolo:** “ Os autarcas do Entroncamento, apesar de divergirem nas propostas e soluções para a nossa cidade, foram sempre capaz de se entenderem por um bem maior, os dos nossos cidadãos e das pessoas. -----

São as pessoas que votam e no Entroncamento votaram atribuir uma maioria ao Partido Socialista para governar a cidade e não para reinar na cidade. -----

A tentativa triste de boicotar a presença nas reuniões de vereação da eleita Isilda Aguincha, enche-nos de vergonha, vergonha porque o Presidente da Câmara sabe que a vereadora às terças-feiras à tarde, não pode ausentar-se do órgão de soberania de que é titular, para estar numa reunião que pode ser em qualquer outro dia e qualquer outra hora. -----

O bom senso não tocou a maioria socialista e o vereador da CDU, que votaram recentemente contra uma proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda, neste sentido. –

Não foram igualmente tocados quando a vereadora do PSD o solicitou, nem com a carta dirigida recentemente. -----

Cada município decide quando faz as suas reuniões, não existe um dia fixado nem hora. -----

Senhor Presidente, solicito-lhe em nome do Partido Social Democrata, que recomende ao executivo camarário na pessoa do senhor Presidente da Câmara, Jorge Faria, que com o espírito democrático que se exige, alterar os dias das reuniões de câmara, de modo a que todos os cidadãos do Entroncamento estejam novamente representados neste órgão.” -----

Pediu a palavra **Mário Balsa:** “ Naturalmente que as celebrações dos 150 anos do Entroncamento, enquanto Entroncamento linhas, não serão esquecidas, somos uma cidade que tem essa origem, somos uma cidade que tem esse paradigma na sua base, associado também aos fenómenos porque somos conhecidos no país inteiro, e portanto, claramente que não deixaríamos passar uma situação dessas em claro. -----

Pediu a palavra para fazer uma questão ao senhor Presidente da Câmara, através do senhor Presidente da Assembleia. -----

A bancada do Partido Socialista está algo preocupada e gostaria de ter um esclarecimento de qual é que é o ponto da situação das obras do centro escolar norte, de que forma é que estão a decorrer, qual é que é a situação real em que se encontra neste momento.” -----

Referiu **José Baptista:** “ Duas questões prévias. Duas perguntas diretas para o senhor Presidente da Assembleia dirigir ao executivo. -----

A primeira prende-se com o processo de exoneração dos chefes de divisão e saber, se as indemnizações de que falámos na altura, que estão estipuladas e têm que ser pagas a esses funcionários, se já foram pagas, se foram em que moldes e se houve algum acordo com os funcionários para o pagamento dessas indemnizações. -----

Em segundo lugar, um dos assuntos que mais foi falado nesta cidade nos últimos meses e nós por ainda não termo tido uma sessão ordinária, ainda aqui não o discutimos, e espanto-me chegar ao último ponto do PAOD, sem ninguém ter falado deste assunto.

Esta autarquia nos últimos dois meses foi notícia por decisão do executivo, baseando-se num parecer que alegadamente recebeu, pedido pelo anterior executivo, fez aquilo a que se chama uma denúncia de contratos de trabalho de vinte e dois, não sei se são vinte e dois, na altura foi noticiado vinte e dois e depois, já ouvi o senhor Presidente falar que não seriam os vinte e dois porque os dos TURE não seriam abrangidos. -----

A questão é: Porque é que estes contratos a termo foram denunciados ao final do ano de dois mil e treze e não se esperou pelo fim dos contratos, em que a maior parte deles são até junho e julho do próximo ano? -----

Porque é que foi esta decisão baseada num parecer, que o senhor Presidente já falou várias vezes, que os senhores vereadores já terão recebido, mas que não veio a esta assembleia para conhecimento e faz sentido vir a esta assembleia para nós o lermos e podermos estudar. -----

Na última assembleia, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, falando sobre os famosos CEI, referiu-se que não se terminava abruptamente com aqueles contratos de trabalho do pessoal do Centro de Emprego, porque era muito mau para eles, de um momento para o outro verem as suas expectativas goradas, compreendo, aceito e concordo totalmente com o que disse o senhor Presidente, não consigo é concordar, nem compreender porque nos falta informação, com aquilo que aconteceu nesta autarquia. -----

Mais importante ainda, como é que os serviços municipais se mantêm, com a persecução do serviço público que tem de prestar sem estas pessoas todas nos serviços a partir de trinta e um de dezembro.” -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** referiu: “ Ainda irei dar a palavra ao senhor deputado José Baptista para nos fazer o ponto da situação sobre a última Assembleia da Comunidade Intermunicipal, que tivemos esta semana, irei fazer sempre isso, correndo os quatro eleitos desta assembleia. -----

Antes disso, gostava de colocar um ponto que existe e que foi distribuído esta tarde, de podermos incluir na ordem de trabalhos mais um ponto para ser discutido e passaria a ser o primeiro ponto da ordem dos trabalhos, tem a ver com a proposta para autorizar uma redução inferior a 50% do número de trabalhadores com contrato a termo resolutivo. -----

Não havendo oposição à inclusão deste ponto na ordem dos trabalhos, será o primeiro ponto, que alterará consecutivamente todos os restantes.” -----

Interveio **José Baptista**: “ Na Assembleia Intermunicipal do Médio Tejo, em que estiveram presentes os quatro eleitos desta assembleia, foram aprovados os estatutos da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, que foram alvo de algumas propostas de alteração das várias bancadas e portanto, serão discutidas novamente em comissão permanente. -----

Foi feita a votação e aprovação das opções do plano e do orçamento, que ascende a três milhões de euros, é um orçamento absolutamente realista e que se baseia para a transição do novo quadro comunitário que Portugal vai auferir nos próximos anos. -----

Foi apresentada pelo Conselho Intermunicipal a apresentação da lista dos compromissos plurianuais, resultantes das adjudicações celebradas desde a última sessão da Assembleia Intermunicipal. -----

Nesta reunião esteve a representar a Comissão Intermunicipal a senhora Presidente, Presidente da Câmara de Abrantes e esteve o novo secretário executivo por nós eleito, o Doutor Miguel Pombeiro.” -----

Passou-se de seguida ao período de intervenção do público. -----

Atendendo a que ninguém do público quisesse intervir, entrou-se na ordem dos trabalhos. -----

ORDEM DOS TRABALHOS

PONTO NÚMERO UM

PROPOSTA PARA AUTORIZAR UMA REDUÇÃO INFERIOR A 50% DO NÚMERO DE TRABALHADORES COM CONTRATO A TERMO RESOLUTIVO CERTO

Pediu a palavra **Mário Balsa**: “ Estamos perante uma autorização que a assembleia pode dar, é uma questão pura e simplesmente legal, não temos qualquer objecção àquilo que é solicitado e portanto o PS votará favoravelmente esta proposta.” ---

Continuou **António Ferreira**: “ Nós vamos aprovar esta proposta. -----

Nós defendemos sempre nas autarquias, que haja uma recusa de emprego precário e sem direitos, e as autarquias não devem promover esse tipo de emprego. -----

Comprendemos esta situação de redução desses trabalhadores e gostamos desta proposta no sentido de isto não ser implementado porque isto também trás problemas a quem estava nessa situação ao serviço da câmara.” -----

Prosseguiu **Luís Grácio**: “ Só para referir que nós vamos votar favoravelmente esta proposta. -----

Fazemos aqui uma denúncia que é a ingerência da parte do poder central na autonomia das autarquias. -----

O que nós estamos aqui a discutir, é a aplicação de uma lei que obriga a diminuir o número de trabalhadores contratados a prazo, o poder local constitucionalmente tem autonomia, e esta lei é uma lei que foi imposta pelo governo central e que na altura foi inclusivamente denunciada pela Associação Nacional de Municípios, como uma ingerência na atividade e autonomia das autarquias. “ -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, passou-se à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO UM

O ponto número um “ **Proposta para Autorizar uma Redução Inferior a 50% do Número de Trabalhadores com Contrato a Termo Resolutivo Certo**”, foi aprovado por unanimidade, com vinte e três votos, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

Passou-se de imediato ao ponto número dois da ordem dos trabalhos. -----

PONTO NÚMERO DOIS

CESSAÇÃO DO PROCEDIMENTO CONCURSAL DE 3 ASSISTENTES OPERACIONAIS – ÁREA DA EDUCAÇÃO

Pediu a palavra **José Baptista**: “ O ponto ora em análise, refere-se à cessação de procedimento concursal de três operacionais para a área das escolas. -----

Este concurso foi feito tendo em conta que o Entroncamento podia ter estes funcionários nas escolas, sem ter custos acrescidos ao município. -----

De acordo com a portaria que está prevista, não está previsto a escola a tempo inteiro e portanto o rácio não é para as valências todas, ou seja, não estão incluídas as horas de almoço, as funcionárias têm de levar as crianças a almoçar, não está incluído antes do período letivo nem depois do período letivo, além das atividades de enriquecimento escolar. -----

O Agrupamento de Escolas Cidade do Entroncamento, essencialmente a escola Doutor Ruy D'Andrade, é uma escola de referência a nível de região, tal como todo o agrupamento, e são necessários assistentes operacionais no dia-a-dia para as crianças de referência doentes, com deficiência como o autismo, com cegueira, são crianças que têm dificuldade no dia-a-dia, inerentes à própria pessoa e que necessitam de adultos para os acompanhar nas tarefas mais básicas que têm de fazer. -----

O protocolo assinado com o Ministério da Educação prevê que a autarquia teria direito ao pagamento pelo ministério de 38 assistentes, o município neste momento, aufere 34 assistentes. -----

O agrupamento até há pouco tempo, só se o deixou de fazer, solicitava com muita frequência à autarquia mais pessoal para trabalhar nas escolas e o município recorrentemente tem que recorrer ao centro de emprego, mas recorrer ao centro de emprego para pessoas que estão um ano numa escola, não é serviço, não funciona. -----

A escola Doutor Ruy D'Andrade como nós temos oportunidade de ver com as obras que estão a ser feitas de remodelação e ampliação, necessita de mais pessoal a funcionar ao serviço. -----

De todos os funcionários da autarquia, há 11 funcionários que estão ao abrigo de um acordo de colaboração pré-escolar, que são pagos pelo Ministério da Educação e a câmara paga do seu bolso diretamente apenas aos funcionários que já eram dos quadros antes das transferências de competências do Ministério da Educação para a autarquia. ---

Neste sentido, o ministério é que suportaria este encargo, deste concurso que está agora a ser deitado abaixo. -----

Sabemos que há várias funcionárias que estão de baixa e queria perguntar ao senhor Presidente, para dirigir a palavra à senhora vereadora Tília, quantos funcionários há em baixa, quantos é que se prevê que voltem ao serviço e finalmente, para conseguirmos compreender, porquê esta decisão de deitar a baixo o procedimento concursal que já estava da forma avançada como estava.” -----

Proseguiu **Marisa Parreira**: “ Nós queremos salientar que sempre fomos contra as medidas tomadas que condicionam as soluções e prejudicam a qualidade e capacidade do serviço público. -----

Sempre fomos a favor da criação de postos de trabalho, e não é agora que vamos mudar. -----

Quanto a nós, parece-nos que, de uma vez por todas, é urgente que estas competências sejam do Ministério da Educação e que não sejam dadas responsabilidades ao poder local, neste caso às autarquias, pois não têm poder de resposta. -----

Foi aberto um concurso público, ao qual votámos a favor, candidataram-se pessoas e foi-nos dito que entrariam em funções a partir do dia um de outubro, estamos em dezembro e agora é que aparece esta proposta? -----

Para muitos dois meses podem significar nada, mas nas escolas significou terminar de um período com falta de assistentes operacionais que ajudam no bom funcionamento das escolas. -----

As nossas escolas não têm assistentes operacionais a mais, muito pelo contrário, só quem vive a realidade das escolas é que sabe a falta que fazem. -----

O nosso agrupamento tem uma sala para crianças autistas, tem uma unidade de crianças cegas e crianças com baixa visão, para além de todos os alunos que frequentam as escolas com necessidades educativas especiais, que carecem de uma só assistente operacional para acompanhá-los e ajudá-los em tarefas, que para nós parecem tão básicas e normais, como por exemplo comer, ir à casa de banho e mesmo deslocar-se no espaço escolares. -----

O que quer dizer que no nosso agrupamento, mais concretamente na escola da zona verde e jardim-de-infância, existem crianças que precisam de uma assistente operacional só para elas, não nos podemos esquecer que existem depois as outras crianças que também precisam de ajuda, assim como para uma escola funcionar precisa dos serviços destas assistentes. -----

Por isso, quanto a nós, estas três assistentes operacionais são fundamentais para a segurança e bem-estar das nossas crianças, para o funcionamento normal das escolas e também para a estabilidade, pois, tal como todos nós sabemos, neste momento as assistentes mudam de ano letivo para ano letivo, quando não é a meio dos períodos letivos e parece-nos quanto a nós, que é uma situação precária de trabalho. -----

Gostaríamos também de questionar, porque razão foi feita uma proposta de abertura de concurso para assistentes operacionais pelo anterior executivo, aonde a maioria dos eleitos eram do PSD e aonde a proposta estava extremamente bem feita, aonde o anterior Presidente da Câmara apelava e explicava a necessidade destas três assistentes nas nossas escolas, mais propriamente no jardim de infância escola básica da zona verde. -----

Entretanto estiveram em funções até ao dia 29 de setembro e nós questionamos o que é que foi feito para salvaguardar a concretização deste concurso.” -----

Continuou **Fernanda Alves**: “ Relativamente a este ponto congratulo-me sobretudo com o que foi dito pela anterior deputada, de facto, só quem está nas escolas é que sabe a dificuldade que existe, não só das assistentes operacionais. -----

Fiquei bastante satisfeita por falar relativamente às crianças com necessidades educativas especiais, penso que toda a gente, quer da bancada da oposição, quer do lado do PS, está alerta e de acordo com o que diz relativamente há necessidade de acompanhar estas crianças. -----

Relativamente aquilo que o senhor deputado do PSD falou, de que facto o Entroncamento tem algumas unidades de referência, nomeadamente para o autismo, para a baixa visão e que evidentemente necessitam de assistentes operacionais, deixe-me que lhe diga, quando essas unidades de referência foram postas em prática, logo à partida tinham que ter já assistentes operacionais para que pudessem funcionar, senão, caso contrário, não andariam para a frente. -----

Não vamos contra de que de facto haja necessidade de assistentes operacionais nas escolas do entroncamento, como por todo o País, temo-nos que cingir de facto ao porquê da cessação desta proposta. -----

Pela proposta do senhor Presidente e pelos fundamentos que apresentou, aponta para a existência de 64 assistentes operacionais nos quadros da câmara municipal, o rácio do Ministério da Educação aponta para 48 assistentes operacionais, temos aqui alguma diferença. -----

Um outro ponto apontado pelo senhor Presidente, é a existência de um estudo previsional, ainda que desse lado tenha sido explicado que o senhor Presidente anterior tinha de facto explicado bem o porquê deste concurso, no presentemente o que temos, é que de facto não houve um estudo relativamente à evolução da população, como todos sabemos há uma diminuição de alunos e o conhecimento que temos, é que de facto não

havia um fundamento relativamente aos assistentes operacionais na EB2/3 Ruy D'Andrade, que era para aonde deveriam ir. -----

Lemos também a posição do senhor vereador do PSD aquando da reunião de câmara, e ficámos bastante surpreendidos com o fundamento que foi ali apresentado, fala de facto que, se a rácio do Ministério da Educação aponta para 48 assistentes operacionais, existem apenas 45, poderiam ser contratados mais 3, dá-nos a sensação que há aqui alguma leveza na fundamentação desta questão. -----

Acresce a tudo isto, e com os dados que temos presentemente, o executivo obteve a informação que o Agrupamento de Escolas Cidade do Entroncamento não estava a par desta necessidade. -----

Causa-nos alguma estranheza que se abra um concurso, e não pomos de parte que haja essa necessidade, que de facto o Agrupamento que é um parceiro, que é quem faz a gestão dos assistentes, não saiba o que se está a passar. -----

O atual executivo neste momento está a arrumar a casa, está a tentar perceber o que se passa, faz esta proposta, temos a certeza que estão atentos às necessidades das escolas e portanto, aceitamos como boa a proposta apresentada.” -----

Referiu **Luís Grácio**: “ Este ponto suscita-nos muitas dúvidas e algumas vou ter que coloca-las, não sei se vão ter resposta. -----

Já aqui muita gente falou sobre os números da rácio, mas curiosamente ninguém acertou nos números, é uma coisa extremamente interessante. -----

De facto, a rácio foi feita no contrato que foi estabelecido entre a autarquia do Entroncamento e o Ministério da Educação reportava-se à data ao Agrupamento Alpha, só muito mais tarde é que o Agrupamento Cidade do Entroncamento apareceu. -----

A rácio que foi determinada na altura do contrato, não eram nem 34, nem 39, eram 51 auxiliares, dos quais 33 vinham do Ministério da Educação por transferência do Agrupamento Alpha e 6 vinham da própria câmara municipal. -----

Essa diferença de 12 determinada pela rácio quando foi feito o contrato, foi já preenchida. -----

Todavia, há uma questão que queria deixar à ponderação de todos os presentes. ---

As escolas do Entroncamento têm 1610 alunos, dos quais 189 têm necessidades educativas especiais, repito 189, é muita gente e são crianças que precisam de um acompanhamento muito exaustivo, alguns deles permanente. -----

As próprias necessidades para esse tipo de ação educativa especial, não estavam preenchidas à data do contrato, o contrato foi feito em 2010 e só em 2011 é que o despacho do Diretor Geral Escolar do Ribatejo, foram agregados mais três assistentes operacionais para essas atividades de educação especial, nomeadamente para os autistas e para as crianças com diminuição de visão e cegos. -----

Isto significa, que pela rácio que foi feita na altura, a autarquia tinha condições de receber mais assistentes operacionais suportados pelo ministério. -----

Acho que todos nos devíamos questionar se a decisão de encerrar este concurso, que é um concurso que está coberto pelo rácio feito na altura do contrato, se se justifica tomar essa decisão.” -----

Mário Ferreira referiu: “ Cabe-me fazer um comentário à intervenção do senhor deputado Luís Grácio, é que ter necessidades educativas especiais, não quer dizer que precisa obrigatoriamente de uma funcionária. -----

De facto, parece-me uma grande confusão de números, no entanto há vários aspetos que importa aqui considerar. -----

Enquanto professor, todos nós que o somos, sabemos que de facto há uma necessidade grande de funcionários e sobretudo como uma escola como a Doutor Ruy

D'Andrade atualmente, a situação que a escola atravessa, nomeadamente como ela está em obras e as condicionantes que sofre, justifica por si um maior número de funcionários nem que seja para manter a ordem ou a segurança. -----

Independentemente da questão de números e por uma questão de princípio, que é por aqueles que eu procuro reger, e enquanto professor, sei que todos os dias nos confrontamos com a necessidade de funcionários, terei que votar contra a proposta porque a necessidade é um quotidiano das nossas escolas.” -----

Pediu a palavra **José Baptista**: “ Falou-se que há uma diminuição generalizada de alunos, na maior parte do País é verdade, no Entroncamento não é verdade, houve exatamente a expectativa contrária, que foi aquilo que permitiu que o Entroncamento se mantenha numa expectativa proporcionalmente oposta em relação a outros municípios do Médio Tejo e da região do Centro. -----

Portanto, se não há diminuição de alunos e se as contas mais variáveis para um lado ou para outro, em função de todas aquelas que foram aqui feitas, preocupa-me a questão aqui levantada, em que o Agrupamento desconhece a realização deste contrato, o contrato é público e toda a gente o conhece, não sei como é que foi, mas a senhora deputada certamente nos poderá explicar, caso contrário, solicito ao senhor Presidente que a assembleia solicite ao Presidente do Agrupamento de Escolas, que nos informe quais é que foram os trâmites atidos até então sobre este procedimento concursal. -----

Para rematar, dizia-nos aqui a senhora deputada que o Partido Socialista está a arrumar a casa, eu não sei se está a arrumar, parece-me mais que está a fechar para balanço.” -----

Seguidamente o senhor **Presidente da Assembleia** concedeu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara**: “ Tenho assistido com interesse a este debate e este ponto e gostava de dizer ao senhor deputado Mário Ferreira, que de facto não se trata de números, trata-se de princípios e trata-se de valores e a mesma coisa à senhora deputada Marisa Parreira. -----

Estamos a falar de pessoas, princípios e de valores e sobretudo o princípio da sustentabilidade do município, e sobretudo o princípio de nós pensarmos o município a longo prazo. -----

Como sabe, um posto de trabalho quando se contrata, contrata-se para um período longo e o senhor deputado António Ferreira disse e bem, que devemos evitar trabalho precário e portanto, é essa a nossa preocupação. -----

Acho curiosas algumas intervenções aqui feitas, tendo em conta que existe ao nível do governo central, um ataque à diminuição dos efetivos da administração pública justamente ao nível das profissões menos qualificadas, aqui trata-se de um concurso para assistentes operacionais que são trabalhadores dignos, mas são de facto pessoas menos qualificadas. -----

Este concurso não teve como base nenhuma solicitação do Agrupamento de Escolas do Entroncamento, o Presidente do Agrupamento de Escolas do Entroncamento desconhecia a necessidade de desenvolver este concurso para a colocação de três assistentes operacionais. -----

De facto há contrato de transferência de competências e dotação financeira, que tem como base num determinado número de pessoas, nós neste momento, não temos menos que essas pessoas, nós temos, como já foi dito aqui, 64 assistentes operacionais nas escolas, os rácios e aqui os rácios são dinâmicos, porque a evolução é dinâmica. -----

O senhor deputado Luís Grácio falou que o número de estudantes eram de 1610 e provavelmente, no momento em que ele recolheu a informação seriam 1610, em 19 de dezembro eram 1601, estas coisas evoluem, podem evoluir para baixo ou para cima.-----

De facto, nós temos 64 assistentes operacionais nas escolas, aplicando os rácios do ministério nós necessitaríamos de 48 e além dos 64, nós neste momento temos mais 12 assistentes operacionais dos programas ocupacionais nas escolas. -----

Concretamente na Ruy D'Andrade, temos 21 assistentes operacionais, mais 7 assistentes operacionais contratadas ao abrigo dos programas operacionais, os rácios davam 20, nós temos aqui mais de 30% do efetivo que é o efetivo base, gostaríamos de ter mais, mas sobretudo gostamos de ter a sustentação do emprego desta instituição que é a câmara municipal e essa é a nossa preocupação. -----

Não é nossa política, nem será, abrir concursos para satisfazer clientelas, não sei se era o caso, mas nós claramente não o fazemos e não o faremos.-----

Volto a repetir, esta necessidade de assistentes operacionais para a escola Ruy D'Andrade, que esteve na base de abertura deste concurso para três assistentes operacionais, não foi solicitada pela Presidência do Agrupamento e não era do conhecimento, nem do Agrupamento, nem do anterior Agrupamento, nenhum dos responsáveis tinha conhecimento. -----

Agora os senhores deputados votarão em consciência e é isso que espero que aconteça e agradeço, da nossa parte tomámos esta decisão porque entendemos que é aquela que melhor defende os interesses do município, os interesses da nossa escola e mais, temos sempre com grande preocupação a manutenção da qualidade do ensino e a manutenção dos níveis elevados do ensino.” -----

Intervio **Luís Grácio**: “ Era só para alertar que eu não disse que eram 1610 alunos, tenho aqui escrito e ainda sei ler, 1601, senhor Presidente, esteja mais atento. ---

Relativamente às clientelas, não tenho nada a ver com isso, mas gostava de fazer uma observação: -----

Isto não é um concurso? -----

Os concursos têm clientelas?” -----

Prosseguiu **José Baptista**: “ Disse o senhor Presidente que estamos a falar de pessoas, princípios, valores, que o governo central faz um ataque à administração pública, aos trabalhadores, concorda ou não concorda que os rácios estão desatualizados em função da escola que temos, do horário antes da atividade letiva, depois da atividade letiva e à hora de almoço? -----

A qualidade e o ensino conseguem-se manter com funcionários do centro de emprego, em que estão um ano na escola, concorda ou não concorda? -----

Queira o Agrupamento, não queira o agrupamento, o acordo entre o ministério não é com o Agrupamento, é com a câmara, portanto, é a câmara que decide se contrata ou não os operacionais, pedindo ou não ao Agrupamento. -----

Quero requerer que esta assembleia requiera ao senhor Presidente do Agrupamento de Escolas, qual é que era o seu conhecimento deste processo e se realmente em momento algum requereu aos serviços da câmara ou à vereação anterior, que não havia funcionários suficientes para os serviços e que havia necessidade.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, o senhor **Presidente da Assembleia**, colocou o ponto número dois à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DOIS -----

O ponto número dois “ **Cessação do Procedimento Concursal de três Assistentes Operacionais – Área da Educação** “, foi rejeitado por maioria, com doze votos contra, sendo cinco votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária e um voto do Centro Social Democrático e onze votos a favor, sendo nove votos do Partido Socialista e dois votos dos Presidentes da Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO TRÊS -----
LANÇAMENTO DE UMA DERRAMA PARA 2014 -----

Intervio **Telma Jorge**: “ Gostaríamos apenas de referir que o nosso entendimento desta proposta que até pode ser interessante do ponto de vista da inovação, não deixa no entanto, de ser uma medida caracterizada de algum populismo, porque não nos parece que por si só, terá algum impacto na criação real de postos de trabalho. -----

Iremos no entanto viabilizá-la, no entanto, esperamos que ela se consiga implementar sem acréscimos de custos para o município.” -----

Pediu a palavra **Sara Domingos**: “ A bancada do Partido Socialista apoia o modelo proposto pelo executivo, no sentido de que é inovador e pretende associar o pagamento deste imposto à criação de postos de trabalho. -----

Todas as empresas sediadas no concelho e todas aquelas que pretendam vir aqui instalar-se, podem contar com a redução do pagamento da derrama, desde que criem postos de trabalho e os mantenham por um período de três anos. -----

Obviamente que esta solução acarretará diminuição das receitas na ordem de dez por cento, mas, pensamos que nos tempos que correm em que o desemprego não para de crescer, o executivo do PS pretende dar o seu contributo para a inversão desta situação, através dos incentivos que pretende criar com esta medida.” -----

Prossiguiu **Marco Geração**: “ A bancada do Bloco vê como positiva esta medida, aliás, o Bloco vê como positiva qualquer medida que alivie esta taxa, devido à situação económica e ao esforço adicional que é pedido não só, mas também às empresas num quadro nacional de contínuos aumentos de impostos, o governo PSD/CDS pede muito e vai pedir muito mais. -----

Não podemos deixar de reparar que esta medida poderia ter ido mais longe e ter implementado uma taxa reduzida para as empresas com baixo volume de negócios. -----

Esta taxa reduzida e a sua implementação são opções legalmente previstas e a sua concretização depende de cada município. -----

Acreditamos que a utilização de uma taxa reduzida ajudaria de facto, a aliviar a pressão sobre a tesouraria das várias micro e pequenas empresas do Entroncamento, pelo contrário, o modelo apresentado pelo PS não tem um enquadramento tão abrangente, pois está desfásado do que parece ser o futuro próximo das empresas e da sua atividade económica, prevê-se mais empresas a fechar, não a contratar, mais empresas endividadas com mais carga fiscal e mais falências também. -----

O Bloco propôs através do seu vereador Carlos Matias, um sistema misto que preconizava a utilização desta taxa reduzida, que seria mais eficaz, mais evidente e mais inclusivo no alívio da pressão sobre as micro e pequenas empresas do concelho. -----

Em relação ao termo que a senhora deputada do PS utilizou, chamando de inovadora esta medida, ela é inovadora, resta saber se será eficaz.” -----

Continuou **José Baptista**: “ A proposta que é aqui trazida para discussão e votação, mantem 1,5% e aquilo que a senhora deputada refere de inovação, são três alíneas, pela criação de emprego e pelo volume de negócio, possa ser reduzido este valor. -----

O Partido Socialista num documento que apresenta mais à frente no orçamento, diz que a situação é muito complicada do País e que sabe que a situação económica não está fantástica, mas que, de qualquer forma se previa alguma recuperação e depois prevê aqui, numa redução extraordinária que para haver a redução de valor é preciso criar postos de emprego. -----

Na verdade, esta é uma proposta que não é propriamente uma redução, é assim uma redução encapotada de manutenção do valor, porque na verdade, nós vamos estar cá daqui a um ano, para avaliar quantas entidades é que tiveram direito a esta redução. –

Por fim, gostaria ainda de dizer que o Partido Social Democrata no executivo, apoiou a proposta do vereador Carlos Matias, porque se aquilo que o Partido Socialista quer é a redução e ajudar o comércio, aquilo que sempre foi uma bandeira de todos nós, mas que o Partido Socialista disse e o senhor Presidente também, como grande apoiante do comércio nesta casa, que foi nos mandatos anteriores, veio sempre aqui falar pelo comércio e pelos moradores, parece-nos que é uma tentativa mais do que encapotada, que vai beneficiar pouco ou nada.” -----

Referiu **Mário Ferreira**: “ Volto novamente à minha qualidade de historiador, lembrando que a derrama é um imposto extraordinário e já no século XVIII em período do absolutismo só era lançado em situações excepcionais. -----

Infelizmente neste País e nesta cidade, ele tornou-se ordinário, ordinário no sentido em que todos os anos ele é lançado e deverá ser invocado uma razão para lançar devido ao seu carater de extraordinário. -----

Partindo disto, volto novamente também a apelar às minhas questões de valores e princípios, porque desde sempre eu e o CDS nesta cidade, lutámos contra a derrama. ----

O comércio foi, porque já não é tanto, a característica que mais destacava esta cidade na região aonde nos inserimos, e portanto, sempre achamos e defendemos que a derrama, ou não deveria ser lançada, ou deveria ser lançada com valores muito pouco significativos. -----

Há pouco, a deputada da CDU disse que a baixa da derrama não cria emprego, pode não criar emprego, mas pode ajudá-los a mante-los, sobretudo nas pequenas empresas, no pequeno comércio. -----

Sendo assim, não poderei votar de outra forma que não seja contra a proposta apresentada.” -----

Mário Balsa referiu: “ A proposta que nos é trazida é uma proposta que tem o mérito, como foi dito anteriormente, de trazer alguma inovação àquilo que é a discriminação e temos de ter em conta que não é uma proposta imediata, ou de orientação imediata. -----

Seguindo a argumentação que aqui foi tida por algumas bancadas, e estando um pouco de acordo com a argumentação do Bloco de Esquerda, de que mais falências virão e afins, nós estamos a pensar que futuramente as coisas deem a volta, a Câmara Municipal do Entroncamento não tem a capacidade infelizmente dar a volta à situação do País, isso é uma competência que só o governo é que consegue ter. -----

Nós não temos as condições no Entroncamento de evitar as medidas gravíssimas que o governo está a tomar, apenas as podemos minimizar. -----

Estanhamos é que na Assembleia da República se vote de uma maneira e depois no executivo se vote de outra.” -----

Pediu a palavra **Marco Geração**: “ É só para informar a assembleia, que o Provedor de Justiça já se pronunciou sobre o assunto, especificamente das empresas que possam vir a ser sediadas no concelho, a existir benefícios sobre a derrama para essas empresas. O Provedor de Justiça já falou sobre esse assunto e considera ilegal estarem excluídas” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, passou-se à votação. -----
VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO TRÊS -----

O ponto número três “ **Lançamento de uma Derrama para 2014**”, foi aprovado por maioria com catorze votos a favor, sendo nove votos do Partido Socialista, três

votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia, seis votos contra, sendo cinco votos do Partido Social Democrata e um voto do Centro Social Democrático e três abstenções do Bloco de Esquerda. -----

PONTO NÚMERO QUATRO -----

PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DO IRS A LIQUIDAR EM 2014 -----

Pedi a palavra **Marco Geração**: “ A bancado do Bloco de Esquerda considera positiva a proposta apresentada e irá votar favoravelmente a mesma. -----

Consideramos este imposto indireto um imposto ao contrário de outros impostos, mais justo, pois o seu escalonamento, permite diferenciar o valor do montante pago pela capacidade económica de cada um. -----

De qualquer forma, queremos alertar o executivo para as necessidades dos orçamentos das famílias do nosso município, nomeadamente, o peso que o resultado da extinção de certos benefícios ligados às opções do executivo irá ter. -----

Sendo assim, acreditamos que justiça social também refletida sobre o imposto como é o IRS sobre a sua percussão, deveria ter um seguimento de princípio a acautelar os apoios sociais. -----

Sabemos das alterações sobre os regulamentos do abastecimento de água, do serviço de saneamento de águas residuais urbanas e do serviço de gestão de resíduos urbanos e da limpeza urbana. -----

Vários beneficiários, tanto do cartão Entroncamento Solidário, como do cartão Municipal do Idoso, chamado cartão B, poderão perder direitos ou vir os mesmos deteriorados por opção do executivo. -----

Achamos que a apreciação destes pontos, deverá ser favorável à manutenção dos direitos adquiridos, ou até ir mais longe, tanto em valores como em abrangência na proteção aos mais desfavorecidos. -----

O escalonamento e conseqüente diferenciação dos rendimentos por parte dos nossos municípios é fulcral e uma responsabilidade política, de quem pretende uma comunidade coesa, consciente dos seus sacrifícios, mas também compreendida e apoiada por parte de quem exerce o poder tão proximamente.” -----

Intervio **Telma Jorge**: “ Relativamente a este ponto, em que obviamente estamos de acordo, importa referir que não nos devemos esquecer que a inscrição do 5% do IRS, na Lei das Finanças Locais em 2007, foi apresentada e sustentada pelos apoiantes da lei, como valor necessário para compensar a perda de receitas operadas precisamente com a sua entrada em vigor. -----

Como sabemos, na nova Lei 73/2013, no seu artigo 26º fica bem claro, que ao contrário do que estava previsto anteriormente, em que a ausência de comunicação desta decisão, significava a transferência da totalidade da percentagem definida de IRS. -----

Agora, a nova lei precisamente neste artigo, torna obrigatória a decisão e comunicação até 31 de dezembro, sobre a taxa pretendida sob pena de não haver direito a essa transferência. -----

Á cautela, devemos mesmo resolver este assunto, não vá como diz o ditado “o diabo tecê-las “, até porque, como todos sabemos, esta receita é significativa quando acumulada e pode contribuir para aumentar a capacidade de realização dos municípios e por outro lado, a sua perda contribuirá para a degradação dos níveis do atendimento a cidadãos e até mesmo, capaz de originar uma maior pressão na busca de outro tipo de receitas alternativas, outras taxas, outras tarifas, outras situações que irão lesar os cidadãos.” -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO QUATRO -----

O ponto número quatro “ **Participação Variável do IRS a Liquidar em 2014**” foi aprovado por unanimidade, com vinte e três votos, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO CINCO -----
ORÇAMENTO PARA 2014 E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O PERÍODO DE 2014/2017, BEM COMO OS MAPAS DE PESSOAL E OPÇÃO GESTIONÁRIA PARA 2014 -----

Pedi a palavra **Kelly Silva**: “No dia 29 de Setembro, a população do Entroncamento votou e decidiu que seria o PS a gerir os destinos da autarquia. Isto, numa esperança de poderem ver concretizadas muitas das propostas apresentadas no programa eleitoral apresentado por este partido. Reviram-se nele, acreditaram que seria benéfico para eles e para as suas famílias, que poderia ajudar as pessoas, não fosse o slogan escolhido, Uma cidade para as pessoas. Todos nós, que aqui vivemos somos pessoas e não números, como referia há pouco o Sr. Presidente, e somos pessoas com memória, com sentimentos e com família, sendo esta a cidade que escolhemos para viver. Mas a verdade é que muitos daqueles que votaram no PS no dia 29 de Setembro estão agora, passados apenas 82 dias, arrependidos da escolha que fizeram, pois sentem-se defraudados, enganados e até envergonhados quando questionados sobre em quem votaram. De repente, já ninguém votou PS. -----

Citando o apresentado no mais recente programa eleitoral do PS, as pessoas do Entroncamento acreditaram que: -----

“A valorização das atividades económicas do comércio tradicional e o desenvolvimento de condições para o investimento e a criação de riqueza e de emprego, constituem igualmente desígnios que o PS quer levar a cabo. Apoiando as empresas existentes e **facilitando a instalação de novas empresas, de forma ativa, promovendo e “vendendo” a localização e as condições do nosso concelho com esse objetivo.**” -----

Sr. Presidente, posto isto como justifica que o Centro Empresarial do Entroncamento, o já conhecido CENPRE, inaugurado no dia 9 de Setembro deste ano, por mim, enquanto vereadora da Câmara Municipal do Entroncamento na altura e tendo ao meu cuidado os pelouros da Indústria, Comércio e Serviços, esteja neste momento totalmente ao abandono. Desde que abriu as suas portas o CENPRE já teve várias pessoas interessadas em saber informações sobre como fazer para poderem fazer parte deste projeto. Teve, das seis salas disponíveis, três ocupadas com empresários que tiveram uma ideia de negócio válida. Caso não saiba, esta é avaliada pela NERSANT, parceira do Centro Empresarial neste processo, que após reuniões com os futuros empresários, dará o seu parecer. Desta forma a viabilidade de negócio é comunicada à CME, que decide se o futuro empresário ingressa ou não no Centro Empresarial. E é assim que começa o futuro de um possível empresário do Entroncamento e conseqüentemente uma futura empresa no nosso concelho. Neste momento o CENPRE tem apenas dois empresários, eram três, passaram a dois, pois o primeiro que ingressou já saiu. Justificando-se em parte a falta de apoio pela CME. Mais dois futuros empresários estão interessadas em fazer parte do CENPRE, realço, empresários com ideias de negócio válidas e viáveis, podendo trazer riqueza para o nosso concelho, mas não o podem fazer, um porque, após validação pela NERSANT encontra-se à espera do parecer da CME desde o início do mês de novembro e o outro porque o seu processo, apesar de validado pela NERSANT e com perfil para ingressar no CENPRE não foi autorizado pela CME. E isto não me

parece que fosse para satisfazer qualquer tipo de clientela. -----
Sr. Presidente, quando no seu programa eleitoral refere **“Valorizar e apoiar as pequenas iniciativas empreendedoras;”** a minha questão é, mas de que forma? Como? A máquina está montada. O que é que é necessário mais para que se apoiem os novos empresário do Entroncamento? O antigo executivo deu-lhe este presente. Aproveite-o, abrace-o e melhore-o, se assim o entender, mas não o deixe morrer. -----
Citando, novamente mais uma promessa do programa eleitoral do PS **“Promover parcerias com vista à criação de incubadoras de empresas, especialmente em espaços do património imobiliário reconvertido, que permitam ajudar os jovens a criar e desenvolver iniciativas empresariais e os próprios empregos;”** -----
Mas, Sr. Presidente? Qual a sua ideia de incubadora de empresas, uma vez que tem uma criada que está a deixar ao abandono? Como vai ficar o CENPRE a partir do dia 31 de dezembro tendo em conta que a pessoa que lá está e que acompanhou todo o processo desde o seu início foi dispensada junto com os outros tantos colaboradores da autarquia que de repente deixaram de ser necessários. Como vai ficar o Centro Empresarial do Entroncamento, Sr. Presidente, que foi criado com muito carinho, com muito trabalho e dedicação, a pensar nas pessoas e no futuro do Entroncamento. Como se vai justificar perante os nossos jovens e não só, que precisam de uma ajuda, às vezes tão insignificante para a autarquia e para eles tão preciosa para arrancarem com as suas ideias e voarem sozinhos, num futuro que desejamos que se desenvolva no nosso concelho para gerar riqueza aqui, porque aqui estão as pessoas. -----
Citando novamente uma frase do programa eleitoral do PS **“Criar mecanismos em parceria com as várias instituições públicas e privadas facilitadoras do espírito empreendedor.”** -----
Sr. Presidente, perante isto como se vai justificar junto à NERSANT que sempre apoiou a CME em todo o processo, sendo incansáveis por acreditarem nas ideias de negócio dos nossos munícipes. Eles acreditaram no potencial dos nossos jovens. E o Sr. Presidente e o seu executivo acreditam? Os jovens acreditaram em si e em quem o acompanha quando votaram, porque um dia leram no tal programa eleitoral, que o PS apresentou que dariam **“...especial atenção às políticas dirigidas à juventude através da melhoria dos níveis de cidadania e participação, do acesso ao emprego.”** É por isto que a vergonha se começa a instalar. A vergonha de um dia terem acreditado e agora sentirem-se traídos. -----
Por fim uma última citação: -----
“O emprego constitui uma dimensão fundamental para elevar a dignidade dos cidadãos, para a sua inserção social e para a promoção da riqueza.” Estas palavras encontram-se registadas no programa eleitoral do PS. Programa este que um dia serviu de isco e que agora sabe a veneno.” -----

Intervenção **Luís Grácio:** “ A discussão que iremos desenvolver neste ponto, em nossa opinião, deve ter em consideração premissas de ordem contextual, particularmente nacional e de ordem local. -----

No âmbito nacional temos de ter presente a agudização dos efeitos da crise financeira, económica e social que o país atravessa. Embora o nosso contributo, para as políticas nacionais, seja despidendo, não se pode ignorar que as atuais políticas têm prejudicado a ação dos municípios e nessa medida a nossa voz de protesto deve fazer-se ouvir em defesa das populações que nos elegeram para defendermos os seus interesses locais. Nunca será demais denunciar a constante diminuição de verbas transferidas do poder central, umas por via de alterações legislativas diretas decorrentes de alterações da

lei das fianças locais outras resultantes de políticas fiscais confiscadoras que resultam numa brutal quebra dos rendimentos do trabalho, quer por via do aumento de impostos, nomeadamente do IRS, quer pela redução direta dos vencimentos. -----

Destes desmandos temos já com sentença certa uma quebra significativa das transferências do orçamento de estado para o nosso município na ordem dos 88 mil euros a que acresce a outra também bastante expressiva que reporta à parcela de IRS que o município deverá receber e atinge os 110 mil euros a menos. -----

Tendo em consideração que o IRS sofreu alterações de escalões e das taxas, particularmente com a criação duma taxa solidariedade de 3,5%, poder-se-á deduzir que, estando a taxa de transferência central indexada aos valores cobrados de IRS, ao nível concelhio, aos rendimentos do trabalho cairão previsivelmente num intervalo que oscilará em os 12 a 20%. -----

A decisão entretanto tomada relativamente às taxas de IMI, ainda que acanhada, bem poderíamos ter chegado aos 5% de abaixamento como propôs o Bloco de Esquerda, não deixa ser positiva. -----

Todos os apoios que possam atenuar o quadro de dificuldades em que se debatem os nossos municípios serão de equacionar e deverão merecer de todos uma meditação particular. Pela nossa parte sempre que tal se nos afigurar pertinente apresentaremos proposta e soluções para minimizar as dificuldades que afligem uma grande parte dos nossos municípios. -----

Por isso rejeitamos o caminho para onde estas políticas nos pretendem empurrar: fazer com que os municípios vão buscar aos mesmos de sempre, os nossos concidadãos, através do aumento dos impostos e taxas as verbas que o governo central nos surripia. --

O orçamento ora presente pauta-se por dois aspetos fundamentais: -----

1. Rigor nos valores apresentados. Sem rubricas de receitas próprias inflacionadas, nomeadamente os habituais valores de terrenos a alienar, cujos montantes nada tinha a ver com a realidade do mercado imobiliário. Parece-nos bem que os orçamentos sejam o mais próximo da realidade expectável, sem projetos demagógicos, megalómanos e fantasiosos; -----
2. Não existindo quadro de PPI, pressupõe-se que, ou o município não vai concorrer a verbas do QREN, ou a concorrer a verbas do QREN teremos brevemente uma revisão do orçamento para podermos inscrever algumas receitas previsíveis, para poder suportar a parte que o município tem que suportar nos investimentos que irá fazer. -----
3. Vazio total no que diz respeito a uma estratégia para o concelho. O orçamento as GOP's e o PPI são a mais completa decepção, nada acerca de nada. Nem as propostas mais emblemáticas de campanha são abordadas. A maioria PS não tem ideias para o concelho e congelou aquilo a que se proponha em campanha. Só título de exemplo: -----
 - a. Onde está, a requalificação do mercado municipal? -----
 - b. A recuperação do Cineteatro S. João? -----
 - c. A requalificação de espaços verdes dentro da cidade? -----

Mal empregues cartazes a anunciar a requalificação dos mais variados espaços na cidade. -----

E isto só para referir o que foram algumas das promessas eleitorais do PS, por nós além destes assuntos muitos outros mereceriam fazer parte dum plano de ressurgimento da centralidade do Entroncamento no âmbito regional e nacional. -----

Ficaremos atentos à mobilização de recursos que permitam à maioria PS concretizar alguns aspetos positivos do seu programa. Pela nossa parte estaremos atentos e lutaremos pelas nossas propostas, acreditando interpretar o sentimento de mudança que os entroncamentenses procuraram. -----

Face ao exposto iremos abster-nos. -----

Continuou **António Ferreira**: “De facto este orçamento é um orçamento que nós consideramos de mudança, é um orçamento que pelo valor que apresenta é um orçamento mais realista daquilo que já vi nesta autarquia de há muitos anos. -----

Sempre lutamos por isso, lutamos por um orçamento que pudesse cumprir e cuja intenção fosse cumprir, não é juntar receitas e rubricas em grande quantidade quando se tem a noção que de facto aquilo não se consegue cumprir. -----

Este orçamento desde logo que está ferido com algumas situações graves no nosso concelho, quem lê a ficha da DGAL do nosso município fica com uma noção daquilo que é a realidade do concelho, que não é das piores, já no passado dizia que a situação financeira do concelho não é das piores, mas com uma tendência que me preocupa, se comparamos o período médio de pagamento, neste momento são de 122 dias, mas não nos podemos esquecer, que recorremos a um PAEL para pagar dívidas com mais de 90 dias e já vamos nos 122 dias. -----

Esta preocupação é grande, esta questão de recursos ao PAEL tirou-nos bastante autonomia financeira e por outro lado, há um cancro bastante grande nesta câmara que tem que se ver livre dele rapidamente, são as competências assumidas na área da educação que estão a estrangular finanças deste concelho e cujo as consequências são gravíssimas para o futuro, não é só um problema nosso, é também dos concelhos vizinhos, é o problema de vários concelhos a nível do país. -----

Os cortes sucessivos nas receitas com origem no Orçamento de Estado, que já foram aqui enunciados alguns, e alguns problemas nossos locais, que tem a ver por exemplo as receitas das licenças de obras, licenças de loteamentos, essas receitas eram uma almofada no passado para o suporte das despesas, e a CDU denunciou aqui a má utilização desse dinheiro que devia ser para investimento e que era utilizado na despesa corrente. -----

Uma das questões principais que nos leva a votar favoravelmente, é o não aumento das taxas, não sei se será possível não aumentar em função da inflação, mas penso que essa preocupação para nós deve ser de salientar. -----

Há taxas que devem ser mexidas em função de uma nova realidade igualmente dos custos, também apreciamos esta forma e empenho da câmara à manutenção das atuais taxas. -----

Em relação aos investimentos, de facto gostaria que houvesse mais investimentos, mas também tenho a realidade das dificuldades que nós temos em termos de fontes de financiamento. -----

Os investimentos locais nos bairros é uma preocupação e acho que aí o orçamento não foi suficientemente longe, e podem-me dizer porque é que não foi suficientemente longe, porque há dívidas e compromissos anteriores que foram assumidos com o Parque do Bonito, que leva a que cerca de metade das verbas para as áreas verdes estejam destinadas ao pagamento de algumas coisas que estão em atraso. -----

Damos o benefício da dúvida e espero que nos próximos anos isso seja novamente retomado e que os nossos bairros interiores e zonas verdes interiores sejam devidamente cuidadas. -----

Em relação à questão do mapa de pessoal, a informação que vem lamento que assim seja, mas a câmara também não tem outra alternativa, os trabalhadores das autarquias estão há anos e anos sem promoções, com os seus direitos cortados, para além dos ordenados que lhes são cortados, todos os outros direitos estão condicionados e nós lamentamos que não se possa implementar a opção gestonária por causa das imposições do governo.” -----

Prosseguiu **Sara Domingos**: “ A bancada do Partido Socialista votará favoravelmente esta proposta. -----

Como é do conhecimento de todos a situação financeira do município é grave com a dívida a ascender os quinze milhões de euros. -----

O valor da despesa corrente proposta, cifra-se nos onze e meio milhões de euros, do qual só 50% deste montante se destina a despesa com pessoal, 15% para iluminação pública e a realçar os 12% para o serviço de dívida. -----

Para a bancada do PS é fundamental que o orçamento seja pautado pelo rigor e transparência, no qual as taxas de execução orçamental sejam superiores às registadas nos anos transatos. -----

A despesa também terá que ser reduzida, o que se prevê conseguir com a redução de 40% na aquisição de bens e serviços, e com os custos de energia. -----

Concluindo, será este o orçamento possível e que, face à situação económica da autarquia, congratulamo-nos por todo o rigor e transparência.” -----

Referiu **Mário Ferreira**: “ Relativamente à proposta de orçamento há um elogio e críticas. -----

O elogio é do rigor, de facto trata-se de um orçamento com algum carater realista perante a situação que hoje vivemos, no entanto, esse mesmo documento não deixa de ser dececionante também na questão de obras e desenvolvimento de projetos para a cidade. -----

Ouvi aqui dizer que as dificuldades financeiras não permitem grandes investimentos, no entanto, as dificuldades financeiras não surgiram em agosto, setembro ou outubro, elas já são antigas e portanto, quando se fazem propostas em campanha eleitoral, afixando-se cartazes à porta do Cineteatro, ou de outros espaços, dizendo que vamos requalificar este espaço, devia-se ter em consideração que a situação financeira que o País e consequentemente os municípios atravessam, e quem for ler o programa do CDS, nestas autárquicas, vai ver que fomos muito pobrezinhos precisamente em propostas demagógicas ou outras de grande vulto, precisamente porque sabemos e somos realistas, sabemos a situação do País, do município e por outro lado, não sabíamos a verdadeira situação financeira da câmara, como tal, não ousamos em fazer grandes propostas, ou grandes promessas. -----

Portanto, nesse aspeto o orçamento não deixa de ser bastante dececionante, não há nada relativamente à Zona Industrial, nomeadamente uma questão que nos parece essencial, que é uma via de acesso direto entre a Zona Industrial e a A23. -----

Nada surge relativamente a grandes apoios ao comércio, há no entanto uma proposta que consta do programa do CDS e que é de frisar a presença no orçamento que é o Encontro com o Empresário e que ficamos bastante satisfeitos com isso. -----

Não há propostas relativamente ao Cineteatro S. João e continuamos e pelos vistos vamos continuar durante muito tempo, sem termos um espaço digno para se fazerem determinado tipo de atividades culturais. -----

Não há nada relativamente ao mercado municipal, onde a cobertura nos coloca algumas dúvidas, nomeadamente por uma questão de saúde pública sobre a presença ou não de amianto na cobertura desse mesmo edifício, aonde há infiltrações. -----

Portanto, é decepcionante por tudo isto, de facto foram feitas uma série de promessas, que as pessoas aceitaram e que votaram e acreditaram e que agora nada está previsto neste orçamento. -----

No entanto, como nós já sabíamos da situação financeira do País e do município antes das eleições autárquicas, vamo-nos abster nesta proposta de orçamento, porque de facto há essa faceta realista do mesmo.” -----

Pedi a palavra **José Baptista**: “ Este orçamento começa logo por ter uma coisa diferente dos orçamentos anteriores, foi que este orçamento aprovado em sede de executivo, foi feito exclusivamente pelos vereadores do Partido Socialista, porque há muitos anos que não se via nesta câmara, o senhor Presidente da Câmara não convidar os vereadores da oposição pelo menos para uma reunião para receber propostas e outros desafios para o orçamento. -----

O orçamento tem um valor total, que ainda aqui não foi dito, de 21.234.974.00 euros, é este o valor do orçamento que estamos a aprovar ou não. -----

Tem uma participação comunitária em projetos cofinanciados num total de seis milhões de euros, o orçamento do ano passado era de trinta milhões de euros e tinha participações de mais de nove milhões de euros. -----

Há uma questão que nos preocupa aqui e que nós precisamos de perceber para votar este orçamento, quais é que são as linhas estratégicas deste executivo a nível de projetos financiados para o próximo ano. -----

Quais é que são os grandes projetos que a autarquia em que se quer posicionar no Médio Tejo, a que autarquia quer efetivamente estar na linha da frente, sabemos que não podemos ter tudo, nem toda a gente pode ter campos de futebol, nem toda a gente pode tudo e mais alguma coisa igual, temos que ter um plano estratégico de qualquer coisa. –

Disse vezes sem fim que o PSD não quis arranjar o Cineteatro, o senhor Presidente da Câmara disse numa reunião do executivo em que estive presente, que não há fundos para a cultura neste momento, aquilo que nós dissemos tempos e tempos a fim, foi aquilo que o senhor Presidente veio dizer numa reunião do executivo. -----

Olhando para as Grandes Opções do Plano e para o orçamento no valor de vinte e um milhões de euros, pergunto se repercute-se nos ordenados dos trabalhadores, nos colaboradores que foram dispensados, no funcionário político que foi colocado na câmara, traduz-se mais no quê ao fim disto tudo?” -----

Interveio **Manuel Martins**: “ Só um pequeno apontamento para tentar perceber porque é que o Senhor deputado, nos fez questão de dar os números deu e não informou que o executivo anterior ultrapassou em 2,9 milhões de euros, o limite de endividamento em relação ao orçamento do ano passado. -----

Em relação à intervenção da senhora Kelly Silva, que veio aparentemente lamentar-se da menina dos seus olhos o “CENPRE”, mas em relação ao orçamento não concretizou grande coisa. -----

Inclusivamente, é de estranhar esta questão do CENPRE, a localização que é considerando que era um espaço com a dimensão que tem, que estava já fechado e que inclusivamente é propriedade de uma empresa que já foi alvo de um pedido de insolvência.” -----

Respondeu **Kelly Silva**: “ Só queria dizer que efetivamente tenho muito orgulho no trabalho que efetuei. -----

Relativamente à questão que levantou, gostava de saber mais pormenores, não sei se tem prova quanto a isso, se tem algum documento que prove isso.” -----

Proseguiu **António Ferreira**: “ A CDU vai estar muito atenta ao cumprimento deste orçamento. -----

Queria chamar à atenção que as soluções da autarquia não podem passar só pela dispensa de funcionários e a autarquia deve lutar para manter esses funcionários para o futuro.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, o senhor **Presidente da Assembleia**, concedeu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara**: “ Queria agradecer os comentários que foram feitos e vamos ter em boa conta com certeza. -----

Há duas ou três coisas que gostava de clarificar, que é o seguinte: -----

O senhor deputado José Baptista, tem que ter mais atenção porque não foi dito no executivo que não havia Fundos Comunitários neste quadro para apoiar a reconstrução do cinema, o que foi dito, é que neste momento, face à ausência de projetos concluídos e face ao pouco tempo que tínhamos para eventualmente fazermos uma candidatura de difícil sucesso, mas mesmo assim se houvesse esses projetos nós tentaríamos, é que não há possibilidade e que no próximo comunitário não é possível em princípio haver Fundos Comunitários para apoiar a reconstrução deste tipo de equipamentos. -----

Neste Quadro Comunitário o Cineteatro S. João não foi reconstruído por uma mera opção política do anterior executivo, que eu respeito, mas que havia Fundos Comunitários disponíveis para esta matéria. -----

Isto é o que foi dito na reunião do executivo, e os senhores deputados da assembleia podem ter acesso à ata e é isso que está transcrito, apesar de eu não ter lido a ata, mas tenho toda a confiança na transcrição que é feita para a ata. -----

Relativamente à questão do orçamento, como foi dito aqui por alguns dos senhores deputados, é um orçamento de rigor, é um orçamento de transparência e é um orçamento sobretudo que pretende fazer uma evolução no sentido da sustentabilidade das contas e do equilíbrio financeiro. -----

Nós não vamos continuar numa atitude de despesista no sentido de agravar os défices, vamos corrigi-los, obviamente que essas coisas não se podem fazer de um momento para o outro e obrigam a opções. -----

Relativamente aos investimentos, foram aqui falados alguns, tinha intenção de falar deles e poderei depois fazer essa enumeração quando for a informação do Presidente, mas já agora uma ideia geral. -----

A câmara não tem possibilidade de fazer investimentos não financiados, e portanto, todos os investimentos, a não ser pequenas intervenções, vamos tentar fazê-los no quadro de financiamentos a que nos possamos candidatar. -----

Acontece que estamos no último ano deste Quadro Comunitário e todos os investimentos que possam ser realizados no ano de 2014, tem como limite máximo 31 de março de 2014 a fase de concurso público, quer dizer que limita um conjunto de intervenções. -----

O senhor deputado Mário Ferreira falou na questão da zona industrial, na Área de Acolhimento Empresarial como agora se diz, de facto foi um dos investimentos que ponderamos, mas face ao processo incipiente e à garantia quase total, hoje não se pode ter garantias, mas daquilo que é conhecido do próximo Quadro Comunitário, há garantia quase total que a intervenção que nós queríamos fazer na área de Acolhimento Empresarial, vai ser possível ser enquadrada no próximo Quadro Comunitário, optámos por nos focarmos em intervenções que no próximo Quadro Comunitário não o vão ser, que é caso da rua Elias Garcia, o caso da acessibilidade da estrada dos Riachos, são dois

investimentos que estamos a ultimar, se as coisas correm bem ainda temos condições de os candidatar e serem financiados para serem executados no próximo ano e que, no próximo Quadro Comunitário dificilmente serão apoiados. -----

Também estamos a trabalhar na intervenção em termos das ciclovias, reajustando parte do projeto que estava feito. -----

Nós podíamos ter colocado de facto o mercado, o mercado não está esquecido, só que de facto, era mera demagogia colocar esse investimento para o próximo ano porque não tem financiamento possível e não há fundos para isso. -----

Aquilo que nós colocamos, são investimentos que procuraremos realizar, e de facto a redução de cerca de 30% dos valores do orçamento, quer dizer que nós assumimos a responsabilidade de duplicar a taxa de execução do atual orçamento, assumimos a responsabilidade de ter taxas de execução superiores a 90%, e por isso, é que alguns investimentos não foram aí colocados, entre outras razões. -----

Gostava de salientar um aspeto que já aqui foi dito, mas para nós é importante, este orçamento não tem aumentos de quaisquer taxas, nem sequer ao nível do índice preço do consumidor. -----

Na última reunião do executivo, tomámos a decisão de não aplicar o automatismo dos regulamentos que impõem um aumento igual ao índice preço do consumidor, que se fossemos aplicar seria de 2,8%. -----

Obviamente que haverá uma situação que foi também claramente evidenciada, pode ser que tenhamos alguma necessidade de fazer uma revisão orçamental, vamos com certeza fazer uma revisão orçamental por vários motivos, mas, é essa a nossa intenção firme e clara, que é não haver aumentos desde taxas de mercado, taxas do cemitério, taxas urbanísticas e outras taxas, inclusive o preço da água, do saneamento ou dos resíduos. -----

Obviamente que ainda neste momento não temos a previsão de aumento do preço da água do nosso fornecedor da água, das Águas do Centro e de acordo com esse aumento, nós temos que tomar uma decisão, se temos capacidade para acolher esse aumento nos nossos custos ou não. De momento, a nossa determinação é não haver qualquer aumento de taxas.” -----

Pediu a palavra **José Baptista**: “ Ouvei nesta reunião o senhor Presidente da Câmara dizer que neste momento não há forma de candidatar o Cineteatro. -----

Quando se diz que não há projeto, há um projeto nesta câmara para o Cineteatro de cerca de dois milhões de euros que foi aprovado anteriormente e que está à espera de candidatura. -----

Dizer aqui que já nos estamos a preparar para uma revisão orçamental, é dizer que estamos a aprovar uma coisa, que vamos riscar daqui a uns meses. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO CINCO -----

O ponto número cinco “ **Orçamento para 2014 e Grandes Opções do Plano para o Período de 2014/2017, bem como os Mapas de Pessoal e Opção Gestonária para 2014** “, foi aprovado por maioria, com catorze votos a favor, sendo nove votos do Partido Socialista, três votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia, cinco votos contra do Partido Social Democrata e quatro abstenções, sendo três do Bloco de Esquerda e uma do Centro Democrático Social. -----

António Ferreira apresentou a seguinte declaração de voto: -----
Fatores condicionantes internos na Elaboração do Orçamento e GOP para 2014:-----

-
1. Intenção de mudança da prática e corte com algumas rotinas de décadas; -----
 2. Prazo curto para a elaboração do Orçamento para o Ano 2014 e GOP's devido ao calendário eleitoral; -----
Fatores condicionantes externos: -----
 1. Perda de autonomia financeira das autarquias imposta por um Estado Central sem moral e ética para fazer o que faz. Desde a aplicação dos PEC até à atual Lei da Finanças locais as autarquias perderam uma significativa parte das receitas que constitucionalmente lhes são devidas; -----
 2. Perda substancial das receitas da atividade urbanística: taxas, licenças, IMT. O município viveu durante muito tempo da ilusão do constante crescimento da procura de habitação no concelho. A quimera acabou, e a dependência dessa atividade tem como única "alternativa" o crescimento exagerado nas receitas de IMI, um enorme peso sobre os orçamentos do Povo do Entroncamento; -----
 3. As políticas recessivas neoliberais, desejadas há muito pelos elementos mais fundamentalistas com recurso ao dictate estrangeiro da TROIKA, têm efeitos devastadores sobre a criação de riqueza local e os rendimentos disponíveis dos munícipes entroncamentenses; -----
 4. Lei dos compromissos e Imposições do PAEL (aceite voluntaristamente) que retiram autonomia financeira ao município em questões gravíssimas como o apoio às coletividades e IPSS, política social. -----
 5. E finalmente, a degradação e desmantelamento das atividades locais e regionais ao longo das últimas décadas tem levado ao afundamento de sectores tradicionais: indústria ferroviária, serviços ferroviários, atividade militar, indústria de construção,... e por arrasto a atividade comercial e de serviços. -----

No âmbito da aprovação do Orçamento e GOP para 2014, não obstante as condicionantes internas e externas à autarquia, renovamos a nossas posições de décadas nesta câmara com a nossa independência partidária, e, mesmo em condições de minoria, a exigência combativa no cumprimento do nosso programa autárquico com que nos apresentamos às populações. Não devendo obediência ao órgão ou ao presidente, pois somos pares, mas prestando o melhor serviço aos eleitores, pois é deles que emana o nosso mandato.-----

- Reconhecemos o esforço de rigor orçamental, uma questão defendida pela CDU e o esforço para não agravar mais as taxas e que tiveram aumentos inoportunos nos últimos anos. ---
Vemos com preocupação renovada o peso da assunção dos compromissos com as Águas do Centro e a assunção de competências na Educação ambas ruinosas para o nosso município, como tínhamos alertado em tempo oportuno – fardos dos quais a câmara se deve urgentemente libertar, sobe pena do nosso futuro ser negro e de sermos coo-responsáveis pela destruição desses serviços públicos. -----

Assim, tendo em conta o que foi dito, aprovamos o orçamento e GOP para 2014, dando o benefício da dúvida quanto à melhoria das propostas em futuros documentos.-----

PONTO NÚMERO SEIS -----
AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

Pedi a palavra **José Baptista**: “ Este ponto já aqui foi votado nesta casa no executivo anterior. -----

É uma medida de celeridade processual, é uma questão que ajuda o executivo a trabalhar de forma mais célere, nunca deixando a assembleia municipal de tomar

conhecimento em cada reunião, dos projetos que foram alvo de decisão por parte do executivo. -----

Acho que não há aqui nenhuma divergência quanto a este ponto, a nossa posição mantém-se inalterável, fomos a favor dela no passado com o executivo do PSD, somos a favor dela com o executivo do PS. -----

Nós não mudámos de opinião. -----

Há pouco mais de um ano, o senhor vereador Carlos Amaro quando foi este ponto da ordem dos trabalhos, fez questão de ditar para a ata uma declaração extensa em que dizia, que pela sua honra, por todos os motivos e mais alguns, não era responsável pelas decisões que eram tomadas por esta casa, nem por este executivo porque não tinha conhecimento prévio das decisões que eram tomadas pelo executivo. -----

O senhor vereador sabe do que estou a falar, se aqui nesta casa votou contra, quando chegou à Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, aonde era deputado, votou a favor com um executivo que era Socialista. -----

Não é novidade o senhor vereador atualmente votar a favor disto, é só estranho, na mesma casa, no mesmo assunto, na mesma situação, tem duas tendências de voto muito distintas. -----

Esta é uma decisão importante para a celeridade processual do município, é estranho é que se mude de decisão assim de uma forma tão célere e tão estranha, espero que nunca seja dada como resposta que não acreditava nos titulares anteriores e que acredita nos atuais, seria a pior coisa que o senhor vereador pode fazer. -----

A bancada do PSD regozija-se muito por o senhor vereador ter encontrado a luz e ter visto finalmente que isto é muito importante para o trabalho do executivo em que agora pertence.” -----

Interveio **Mário Ferreira**: “ Relativamente a esta questão uma das principais funções da assembleia Municipal é precisamente a função fiscalizadora. -----

Estaros a autorizar a câmara a um valor tão alto, considero que estamos abdicar dessa nossa função fiscalizadora. -----

É óbvio que votaria a favor se o valor fosse significativamente inferior ao que nos é proposto. Sendo assim vou votar contra.” -----

Referiu **Luís Grácio**: “ Na anterior discussão deste assunto o Bloco de Esquerda votou contra e agora vai votar contra outra vez. -----

Nós na altura defendemos e achamos, que esta proposta que nos é apresentada retira os poderes de fiscalização que a assembleia deve ter. -----

Acho grave que assembleia abdique dos seus poderes de fiscalização e isto não é pôr em causa nem a honra, nem a boa-fé de ninguém, a função da assembleia municipal é fiscalizar a atividade camarária. -----

Gostava de recordar algumas das afirmações que foram feitas na altura, não foi só o senhor vereador atual Carlos Amaro se insurgiu veementemente contra a proposta que foi apresentada, houve mais pessoas no PS que também votaram contra e subscrever uma declaração de voto de toda a bancada, que na altura até foi subscrita pela bancada da CDU e pela bancada do BE. -----

Recordo que na altura houve quem dissesse que não se importaria nada de votar certos pontos que eram muito objetivos e toda a gente sabia o que é que vinha a seguir, agora votar pontos em que se passava um cheque em branco à câmara, isso é que não podia ser, só depois é que vinha a informação. -----

Espero que estas afirmações tão coerentes, tão veementes, sejam corroboradas hoje.” -----

António Ferreira referiu: “ De facto estive também contra, como outras forças políticas que estão aqui. -----

Uma das questões que se levantava na altura, era a questão da falta de regulação daquilo que estava na lei e essa foi uma das razões. -----

Com o decorrer do tempo viu-se que aquilo era impraticável, se cada vez que houvesse necessidade de cumprir aquilo que nós estamos a aprovar em termos do orçamento, tínhamos que convocar uma assembleia e que seriam várias durante um mês.

O problema está na forma como o governo legislou, que impede os executivos camarários ter uma autonomia para resolver os problemas no dia-a-dia.” -----

Pediu a palavra **Mário Balsa**:” Naturalmente por uma questão de facilitação da gestão corrente do município, mas principalmente porque estamos perante um rigor que já foi demonstrado em termos de orçamento, em termos de observação da realidade do concelho, em termos da participação e do diálogo com as forças políticas, com as pessoas da nossa cidade, para as quais as portas estão sempre abertas, denotamos aqui que o executivo prima pela transparência. -----

Visto que prima pela transparência, também não vejo qualquer tipo de impedimento que uma proposta destas vá avante, nem eu, nem a bancada do partido Socialista, afinal de contas ele é importante para que o executivo tenha a capacidade de continuar a promover a consolidação das contas do município. -----

Quanto às questões que foram aqui levantadas anteriormente, o facto de votar contra, votar favoravelmente, o facto de ser uma questão de executivo ou não ser, não estou na cabeça do atual vereador Carlos Amaro, não estava na cabeça na altura embora tenha partilhado da opinião dele, o que posso dizer é que, toda a oposição na altura votou contra esta mesma solicitação, que se veio a provar nos meses mais tarde em eleições, que poderia haver aqui alguma razão fundamentada para se votar contra, afinal a população do Entroncamento decidiu mudar a orientação do executivo camarário.” ----

Interveio **Luís Grácio**:“ Se a população do Entroncamento decidiu mudar porque a oposição tinha razão, então devemos votar contra esta proposta. -----

la fazer um pedido através da mesa, porque fiquei muito curioso com a intervenção do deputado António Ferreira, a ideia com que fiquei, é que se esta proposta não for votada, nós passamos a vida aqui. -----

Gostava de saber quantas contas são superiores a 99.559.58 euros, só para ver quantas vezes tínhamos que cá vir.” -----

Respondeu **António Ferreira**: “ O senhor deputado não percebeu o sentido da nossa votação na altura, foi de repúdio por aquilo que o governo estava a implementar na altura, não aceitamos esta forma, o governo não retrocedeu, isto gerou uma grande polémica por todo o País, o governo retrocedeu, agora não podemos fazer uma birra e continuar no mesmo a prejudicar os munícipes.” -----

Interveio **José Baptista**: “ Ouvido o líder de bancada do Partido Socialista, fiquei com a impressão de que acreditam muito neste projeto, porque efetivamente vão votar a favor dele, mudaram de opinião que é uma coisa que os bons sabem fazer, mas fizeram uma coisa melhor, uns vão votar a favor, outros vão votar contra. -----

Senhor deputado, digo-lhe uma coisa muito sinceramente, se não fosse nós termos palavra e termos proposto este mesmo projeto há um ano atrás nesta câmara, pode ter a certeza que o Partido Social Democrata, depois da argumentação que usou votaria contra, mas, como nós nunca seremos uma pedra no sapato deste executivo para que nos venham dizer que a culpa é nossa, de não poderem trabalhar, o voto do Partido Social Democrata é a favor, mas cá estaremos para pedir as contas disso.” -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO SEIS -----

O ponto número seis “ **Autorização Genérica para Dispensa de Autorização Prévia da Assembleia Municipal**”, foi aprovado por maioria, com dezanove votos a favor, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e quatro votos contra, sendo três votos do Bloco de Esquerda e um voto do Centro Democrático Social. -----

PONTO NÚMERO SETE -----

APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** referiu: “ Para que conste em ata, foi enviada a todos os membros, para conhecimento, a listagem dos compromissos.” -----

Pediu a palavra **António Ferreira**: “ Vou repetir uma coisa que costumo dizer em dezembro, a informação do senhor Presidente em dezembro é a mais importante, a informação que vem em dezembro já nos dá uma perspetiva do que vai ser o resultado no final do exercício. -----

Preocupa-me de veras o que está aqui, os impostos diretos têm uma quebra de 23,10% em relação àquilo que foi cobrado o ano passado, pode haver ainda alguma alteração a esse nível. -----

Os impostos indiretos, embora não sejam tão importantes, também têm uma quebra de quase 30%. -----

O sentido que nós demos na aprovação do IMI, está aqui espelhado e já víamos alguma preocupação as receitas nesta área. -----

Por outro lado, preocupa-nos o facto da informação da DGAL, considerar que a câmara não reduziu o excesso de endividamento, ultrapassa o limite de endividamento de médio e longo prazo, e já aqui foi referido, em dois milhões de euros, os indicadores estão piores no final do terceiro trimestre. -----

Preocupa-nos a situação da câmara e mais uma vez repetimos, que a recuperação da situação económica da câmara não deve ser feita à custa dos trabalhadores, em última instância é que se deve fazer isso, há muitas formas de resolver alguns problemas deste município.” -----

Intervio **José Baptista**:” Uma dúvida e um esclarecimento. -----

A primeira é uma dúvida, a listagem dos compromissos que foi enviada e que o senhor Presidente acabou de falar agora, refere-se a cinco contratações de pessoas, essa listagem por não haver autorização, que nós demos agora prévia genérica, não tem que ser ratificada por esta assembleia? -----

Quanto à listagem na informação que é enviada, não sei se há forma de contactar os serviços a esta hora, mas acho que seria importante, para desmitificarmos esta situação, se não conseguirmos hoje, virá à retificação na próxima assembleia. -----

Há vários processos de obras que estão designados como em reavaliação, alguns deles até por acaso é a ciclovia que o senhor Presidente da Câmara falou há pouco, mas há uma questão que me parece pertinente, quando se referem aos processos em que a Câmara é parte, ou em que há intervenção do município, sei que pelo menos há um deles em que não está esclarecido aqui e que tem informação a menos, que se refere a uma queixa da Associação de Munícipes do Entroncamento Indignados, e António Dias Esteves contra o anterior Presidente e anterior Vice-Presidente, o Município do Entroncamento e o PSD, e aqui diz: “ *Tendo sido deduzida oposição, aguardam-se ulteriores termos processuais*”, não se aguardam ulteriores termos processuais nenhuns porque eu tinha até há pouco tempo, na minha mão, exatamente a decisão do Tribunal e

portanto não se aguardam termos processuais nenhuns, é uma retificação para fazer nesta listagem de processos. -----

Creio também, que é possível que faltarão aqui, uma ou outra decisão do executivo anterior de comunicação ou de problemas que tenham havido em loteamentos ou processos urbanísticos.” -----

Respondeu o Senhor **Presidente da Assembleia**: “ Em relação ao assunto que coloca e uma vez que estamos no ano de 2013, e esta é a minha leitura, e se os serviços entenderem esse assunto será de novo aqui presente, uma vez que se trata de uma reunião do executivo de três de dezembro de 2013, a Assunção de Compromissos Plurianuais estava a coberto da Autorização Prévia para o ano de 2013, e é nessa medida que vem a esta assembleia para conhecimento, é a leitura e interpretação que eu faço, penso que faz todo o sentido, já que agora apresentámos a mesma proposta para vigorar no ano de 2014.” -----

Não havendo mais pedidos de esclarecimentos, o Senhor **Presidente da Assembleia**, concedeu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara**: “ Queria agradecer algumas sugestões que foram aqui feitas no princípio da reunião, nomeadamente o senhor deputado Mário Ferreira que falou e alertou para a comemoração dos 150 anos da junção da linha do Norte e do Leste e obviamente nós estamos atentos a isso, iniciámos já a constituição de uma comissão científica para realizarmos umas jornadas durante o ano de 2014 e que desde já, desafio o deputado Mário Ferreira para integrar essa comissão. -----

Nós neste momento podemos afirmar com um grau de certeza grande, que até trinta de junho, iremos proceder à abertura do Museu Nacional Ferroviário. -----

Um outro aspeto referido pelo senhor António Ferreira, relativamente ao PDM, obviamente que vemos com bons olhos o interesse que tem manifestado pela revisão do PDM, que está em revisão há doze anos, mas apesar do tempo ainda estamos na fase de caracterização das várias áreas temáticas, foram ultimados os relatórios que estão neste momento em fase de análise. -----

Não é correto e penso que foi uma análise que fez, que penso que não corresponde à verdade, que haja duas alterações substanciais, ou seja, está tudo neste momento em aberto, e queremos que este PDM seja participado. -----

Relativamente aos ecopontos, é uma questão que nos preocupa e neste momento já temos acordado a vinda de cinco ou seis ecopontos que vão ser instalados na cidade. –

Relativamente à informação que vos foi presente, vou referir os investimentos e as duas obras públicas que temos em curso. -----

A Escola Ruy D’Andrade é um investimento que do ponto de vista de execução física, ainda com atraso, está a decorrer com alguma normalidade, sendo que o seu prazo de execução de conclusão inicial já foi muito ultrapassado pelos acontecimentos iniciais da obra, mas depois de ter sido reiniciado, este processo está a decorrer com alguma normalidade, com alguns atrasos associados ao facto de ser uma obra que está a ser feita no local e que em simultâneo continua a funcionar a escola antiga, e portanto, é preciso fazer aqui algum planeamento desse aspeto. -----

Neste momento e em período de férias, está a ser desmantelada a nave central para que possa entrar em obras o terceiro e último edifício da escola, e tudo faremos para que esteja pronta em agosto do próximo ano letivo. -----

O problema grave a nível desta escola, e isso é o problema que também estamos a trabalhar a outro nível, é de facto o financiamento que o município vai ser obrigado a suportar, financiamento esse que, de acordo com o contrato que foi estabelecido com o Ministério da Educação, limitar-se-ia apenas aos projetos de arquitetura e engenharia e

neste momento, temos um conjunto de decisões quer dos Fundos Comunitários, quer do próprio Ministério, que estamos a tentar contrariar em parte, que faz com que o financiamento global que o município vai ter que suportar relativamente à Escola Ruy D'Andrade, se situe entre 750 a 800 mil euros. -----

Temos já alguma perspetiva de poder reduzir uma parte, por parte do Mais Centro, que é a entidade financiadora dos Fundos Comunitários e estamos juntos do Ministério da Educação da Direção Geral das Construções Escolares, em contatos para procurar minimizar a nossa comparticipação, que era tendencialmente zero e está neste momento entre 750 a 800 mil euros. -----

Como devem calcular e acabaram de ver o orçamento, se não conseguirmos aqui ter alterações significativas nesta matéria, muitos dos investimentos que estão aqui elencados terão que ser adiados porque não temos capacidade para os realizar. -----

Relativamente ao Centro Escolar Norte, se ao nível do financiamento não temos aqui grandes deslizes, ou seja, há alguns trabalhos a mais que foram assumidos pelo anterior executivo, que obviamente vamos honrar, não serão mais do que 50 mil euros em termos de deslize relativamente àquilo que era a estrutura de financiamento inicial. –

Temos tido um problema gravíssimo de desenvolvimento da obra e de execução física da obra. -----

Esta foi uma obra que foi lançada com a classificação de obra urgente, e que na altura em termos da legislação em vigor dos contratos públicos permitiu um conjunto de procedimentos mais facilitados ao nível do projeto e ao nível do próprio concurso e adjudicação, mas na obstante desse pormenor ou seja, um projeto urgente depois de adjudicado demorou mais de um ano a ser consignada a obra, e o mais grave é que nem o município, nem o empreiteiro fizeram o trabalho de reanálise dos projetos, de forma quando entrassem a obra os erros e omissões que tivessem acontecido por ser um projeto urgente, pudessem ter sido corrigidos, isso não aconteceu. -----

Fomos confrontados com uma situação, uma obra iniciada durante o ano de 2012, para um período de conclusão de 10 meses, que teria um prazo de conclusão em maio de 2013, que foi prorrogado para 31 de agosto de 2013 e posteriormente para 31 de dezembro de 2013 e quando nós tomámos posse, o nível de execução daquela obra situava-se nos 35%. -----

É de facto um problema grave que temos, já tivemos uma decisão ao nível da câmara nesse sentido, pensamos que neste momento conseguimos encontrar uma solução que garante que esta obra vai funcionar com a celeridade necessária para que esteja concluído no final de abril de 2014, ou pelo menos em prazo para que o próximo ano letivo seja iniciado já neste novo Centro Escolar. -----

Se isso não acontecer, temos neste momento construído um modelo com o empreiteiro e devidamente aprovado pelo executivo camarário, de que, se não acontecer o empreiteiro assume a libertação da obra e nós poderemos recorrer a um terceiro para que seja concluída e não percamos os apoios comunitários. -----

Relativamente à informação que vos foi prestada, para clarificar um pouco melhor aquilo que se entende por os investimentos que estão em reavaliação, devo dizer que a área de Acolhimento Empresarial, já apresentei a esta assembleia o porquê deste processo, o termos iniciado a reavaliação e o termos parado e adiado para mais tarde. ---

A Esquadra da PSP e o posto de Atendimento, não há qualquer financiamento comunitário para esta matéria, a única coisa que havia era um projeto de arquitetura e já agora, penso que a maioria de vós saberá, para haver uma candidatura a Fundos Comunitários, não basta haver um projeto de arquitetura ou meio projeto de

especialidade, tem que haver um projeto de arquitetura e haver um conjunto dos projetos de especialidade estarem devidamente prontos para poder ser uma obra candidatada. ----

Neste caso da Esquadra da PSP, nem sequer é apenas essa questão, infelizmente, havia de facto apenas um projeto de arquitetura, mas neste momento há a clarificação de que não há qualquer tipo de financiamento. -----

Vamos continuar a conversar com o Ministério da Administração Interna e com o Comando da PSP, que aliás já conversámos no sentido de procurarmos encontrar soluções futuras para esta situação. -----

A Avenida das Forças Armadas, está de facto numa fase de avaliação, da possibilidade de enquadrar este investimento num aviso de candidatura que vai sair até ao final deste ano e portanto, se houver essa capacidade de incluir esta obra, tentaremos inclui-la para ser financiada e realizada durante o ano de 2014. -----

Os arranjos exteriores do Bonito, foi hoje assinado a adjudicação da consignação da obra que vai ser iniciada e esperamos estar concluída no início de fevereiro. -----

Relativamente aos acessos quer à rua Elias Garcia, quer à estrada dos Riachos, estamos a fazer um esforço no sentido destes projetos serem reavaliados, o da Elias Garcia está praticamente concluído, a estrada que liga aos Riachos, havia de facto um projeto que previa o atravessamento de uma propriedade, que o proprietário do terreno disse que não havia qualquer acordo, nunca tinha sido conversado nada com ele sobre o assunto, e mesmo o projeto que havia, tinha graves carências do ponto de vista técnico e do valor da obra e de financiamento, estamos por isso, a rever este dois projetos pensando consegui-los colocar nos Fundos Comunitários a tempo de poderem ser realizados no próximo ano. -----

A mesma coisa em relação ao projeto Cicloviás, nós encontramos uma parte de um projeto cicloviás com uma filosofia que não concordamos, demasiado cara e voltada para fora da cidade, estamos a reestruturar o projeto no sentido de uma ciclovia ao longo da ribeira de Santa Catarina e conjugar a ciclovia com a realização de uma parte substancial dos arranjos exteriores do Centro de Saúde, é nossa intenção que a ciclovia tenha um percurso dirigido para o centro da cidade e não para fora da cidade. -----

Em relação aos acessos ao Casal Vidigal e Casais Formigos, estamos a ampliar a intervenção no sentido de ver se há possibilidade de aproveitar as infraestruturas básicas, a informação que temos neste momento, este será o último quadro comunitário que de uma forma mais fácil será possível fazer apoiar o financiamento em infraestruturas básicas. -----

Relativamente ao Cineteatro, só para referir o que já há pouco referimos, não existem projetos concluídos que possam ser alvo de financiamento, existem partes de projetos, mas também envolvem valores e prazos de execução, um projeto de dois milhões de euros não é um projeto que se concluem em termos de projeto, se lance o concurso, execute fisicamente, num ano e três meses, porque todos os projetos que possam ser financiados no âmbito deste quadro comunitário de apoio, têm que estar concluídos em março de 2015. -----

Como é Natal e estamos no Ano Novo, gostava de deixar aqui uma mensagem de esperança, porque estamos a reavaliar a situação do Cineteatro São João e parece-nos, que encerrado ao fim de oito anos, ainda não é uma avaliação definitiva, mas posso-vos dizer que essa avaliação vai ser feita com cuidado, neste momento a nossa primeira conclusão, volto a repetir, não é uma conclusão definitiva, é que se calhar não havia razões objetivas para que o Cineteatro pudesse ser encerrado como foi. -----

Gostava de realçar os presépios na cidade, uma iniciativa que mantivemos, nós temos a preocupação de manter muitas das iniciativas que têm qualidade e valor. -----

Lamentavelmente e com pena minha, com o respeito imenso com o trabalho que a senhora vereadora Kelly desenvolveu naquilo que chamou o CENPRE, é de facto um projeto que nem sequer tem um protocolo assinado, como a senhora sabe, e não tem de facto um enquadramento e que nós vamos tentar desenvolver e melhorar. -----

Deve estar mal informada porque não houve nenhuma proposta do NERSANT com empresários com planos de negócios validados, houve apenas um moço que apareceu aí com uma ideia, só para terem uma ideia, o negócio dele chamava-se SIC, que nem se tinha apercebido que havia uma televisão que tem uma marca comercial SIC e que isso poderia gerar algum tipo de problemas. -----

Nós vamos procurar dar seguimento à sua iniciativa que é meritória, ainda que, desenvolvida de forma muito apressada por um executivo que não era o seu caso, mas que por um executivo que na sua maioria não tinha noção do que era uma incubadora de empresas. -----

Também ao nível da atividade de natureza social, houve um conjunto de iniciativas que estão referidas na informação. -----

Queria referir que nós temos tido um acréscimo de solicitações no âmbito social e que temos procurado corresponder dentro daquilo que são as nossas possibilidades. -----

Só um pormenor, o anterior executivo, tinha cessado em junho de 2013 o apoio nomeadamente dos cabazes sociais e que nós, ao tomarmos conhecimento dessa situação, retomámos. -----

Relativamente à questão financeira, o senhor deputado António Ferreira como sempre, está atento a essas situações e disse bem que está a haver uma diminuição relativamente ao ano anterior, ao nível de execução da receita, aqui só faço um pequeno esclarecimento, que é relativamente ao IMI, este ano 2013, o IMI pode ser pago em três prestações, nalgumas situações o que não acontecia em 2012, pelas nossas contas, vamos chegar com uma taxa de execução de receita e a terceira prestação está agora a desenrolar-se, vamos chegar ao final do ano com uma taxa de execução do IMI em cerca de 90%, ainda inferior ao valor orçamentado. -----

Para realçar um aspeto positivo, o único imposto que tem uma taxa superior ao orçamentado, é o imposto único de circulação. -----

Relativamente à taxa de execução, é importante continuar a ter esta perspetiva, porque nós temos uma baixíssima taxa de execução, neste momento nós temos ao nível da receita uma taxa de execução de 50, 8%, e ao nível de receita de capital uma taxa de execução de 37,5%, quer dizer, que daquilo que orçamentámos para o ano, até doze de dezembro, apenas tínhamos executado em termos de receita de capital, 37,5%. -----

Isto ainda é mais grave, se tivermos em conta que desta receita de capital, uma parte substancial, quase 40% é a receita proveniente do chamado PAEL e que, se retirarmos essa receita de capital associada ao PAEL, ficamos com uma taxa de execução de 25%, o que é de facto muito reduzida e sem sentido. -----

Diga-se que de facto o PAEL, tem sido um instrumento financeiro que permite uma gestão mais desafogada da dívida, não o fez com que a dívida miraculosamente desaparecesse, apenas transformou a dívida de curto em médio prazo, neste caso em longo prazo, ou seja, o 4, 2 milhões de euros que o anterior executivo acumulou em despesa para o qual não tinha suporte, a curto prazo transformou-se numa dívida a longo prazo, que este e os próximos executivos vão ter que pagar durante 14 anos, a dívida e os juros. -----

Referir aqui um aspeto que também já foi referido pelo senhor António Ferreira, de facto nós estamos a ter uma diminuição da receita corrente relativamente a 2012, cerca de 6,5%, o que é de facto preocupante. -----

Já agora, corrigir o número que disse, o excesso de endividamento em 30 de setembro, não eram de dois milhões, eram dois milhões e novecentos mil e como têm aí, o endividamento total em 30 de setembro, é superior 15 milhões de euros. -----

A redução de custos da autarquia não deve ser feita pela redução dos funcionários, partilhamos inteiramente dessa preocupação, se fizerem o exercício de comparar as principais rubricas do orçamento de 2014, com o orçamento de 2013, vão ver que aonde não há praticamente descida, é nos custos com pessoal, ainda que, os custos com pessoal refletem a diminuição imposta pelo Orçamento de Estado, relativamente aos salários dos funcionários públicos, e também refletem o aumento de 20 para 23,75% da taxa para a CGA, o que faz aumentar estes custos. -----

Este ano o município diminuiu os efetivos em 2,3%, que resulta meramente de uma saída por reformas e que, nos permitiu cumprir a exigência legal de redução de 2% ao ano a que estamos obrigados pelo orçamento de 2013 e vamos estar obrigados pelo orçamento de 2014. -----

As situações que tomámos decisão de cessar contratos, há aqui alguma confusão ou algumas pessoas que pretendem lançar alguma confusão, é bom que se diga que não são funcionários, são pessoas que eram indevidamente contratadas como prestadoras de serviços e que estavam a desempenhar funções com um regime que não era o adequado aos prestadores de serviços. -----

Todos os prestadores de serviços que a autarquia tinha com essa condição, ou seja, contrato de prestação de serviços, desde um Engenheiro Eletrotécnico que presta há longos anos serviços nessa área e que é inclusive responsável por alguns equipamentos industriais, desde alguns prestadores de serviços por exemplo ao nível das piscinas, que prestam algumas horas por semana de acordo com as necessidades, que são verdadeiros prestadores de serviço, todos esses contratos se mantiveram. -----

Os contratos de prestação de serviços que nós cessámos, que eram ilegais e que o anterior executivo sabia que eram ilegais, foram aquele que há um parecer que confirmava, apesar de ser um parecer pago a peso de ouro, essa realidade. -----

Uma parte substancial desses prestadores de serviços, nunca foi posta em causa a competência deles, foram concretizados nos últimos meses de mandato do anterior executivo, três deles, tinham data de entrada em vigor em um de outubro de 2013, mais uns quantos concretizados entre junho e setembro, tendo já nessa altura o anterior executivo sérias dúvidas acerca da possibilidade da manutenção legal daqueles contratos. -----

Era este conjunto de ideias que queria transmitir, e antes de concluir, gostava de desejar a todos e às vossas famílias, um Bom Natal e um Feliz Ano Novo.” -----

Referiu o senhor Presidente da Assembleia: “ Faço minhas as palavras do senhor Presidente da Câmara, para desejar a todos vós um Santo e Feliz Natal.” -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor **Presidente da Assembleia**, deu por encerrada a sessão quando eram zero horas e vinte e cinco minutos, do dia vinte e um de dezembro, de dois mil e treze. -----

A presente ata, depois de lida e visada pela Primeira Secretária, vai por ela ser assinada e pelos restantes membros da Mesa. -----

O Presidente da Assembleia:

A 1ª. Secretária:

A 2ª Secretária: